

VEGANISMO, *VEGAN SOCIETY* E A AUSÊNCIA DE ANTIESPECISMO ENQUANTO PREOCUPAÇÃO POLÍTICA

**VEGANISMO, *VEGAN SOCIETY* Y LA AUSENCIA DE ANTIESPECISMO COMO
PREOCUPACIÓN POLÍTICA**

**VEGANISM, *VEGAN SOCIETY* AND THE ABSENCE OF ANTI-SPECIESISM AS A
POLITICAL CONCERN**

Fecha de envío: 18 de enero de 2021

Fecha de aceptación: 31 de mayo de 2021

Martina Davidson

Doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil).
Email: martinaadavidson@gmail.com

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



O Veganismo foi definido em 1944, no Reino Unido, por Donald Watson, como sendo uma forma de vida que busca excluir, dentro do possível, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais não humanos. Tal conceito teve origem a partir de um grupo de pessoas que compunha a Vegan Society (Sociedade Vegana), que publicava newsletters sobre o tema desde a criação da referida noção. Assim, busca-se contextualizar e analisar historicamente o desenvolvimento do Veganismo europeu, de forma a entendê-lo enquanto fenômeno e conceito que, desde sua forjadura, excluiu determinadas identidades políticas e participantes, apresentando-se enquanto fruto de particularidades econômicas e políticas da época. A presente pesquisa foi feita a partir da análise das revistas da Vegan Society entre 1944-1954, em associação com dados da política de guerra do Estado britânico sobre o racionamento de alimentos, o estímulo do consumo de produtos de origem vegetal e plantio em escala caseira.

Palavras-chave: Veganismo, Capitalismo, Dig for Victory, Vegan Society.

El Veganismo fue definido en 1944, por Donald Watson en el Reino Unido, como una forma de vida que busca excluir, en la medida de lo posible, todas las formas de explotación y crueldad hacia los animales no humanos. Este concepto se originó a partir de un grupo de personas que integraban la Vegan Society (Sociedad Vegana), que publicaba boletines informativos sobre el tema desde que se creó el concepto. Así, se busca contextualizar y analizar históricamente el desarrollo del veganismo europeo, para entenderlo como un fenómeno y concepto que, desde su origen, excluyó determinadas identidades y participantes políticos, presentándose como resultado de las particularidades económicas y políticas del momento histórico. La presente investigación se realizó a partir del análisis de las revistas de la Vegan Society entre 1944-1954, en asociación con datos sobre la política de guerra del Estado británico sobre el racionamiento de alimentos, el fomento del consumo de productos de origen vegetal y la agricultura a escala casera.

Palabras clave: Veganismo, Capitalismo, Dig for Victory, Vegan Society.

Veganism was firstly defined in 1944, in the United Kingdom, by Donald Watson, as a way of life that seeks to exclude, as far as possible, all forms of exploitation and cruelty to non-human animals. This concept originated from a group of people who made up the Vegan Society, which published newsletters on the topic since the concept was created. The present work purports to contextualize and analyze historically the development of European Veganism, in order to understand it as a phenomenon and concept that, since its forging, excluded certain political identities and participants, presenting itself as the fruit of economic and political particularities of the time. The present research was carried out from the analysis of the Vegan Society magazines between 1944-1954, in association with data on the British State war policy on food rationing, the encouragement of consumption of products of vegetable origin and planting on a homemade scale.

Key Words: Veganism, Capitalism, Dig for Victory, Vegan Society.

1. Introdução⁴⁴

Sabe-se que atualmente existe uma tendência paradoxal no mundo: a demanda por carne está aumentando em países do Sul Global e está diminuindo em nações chamadas industrializadas (essas últimas correspondem ao Norte Global e a Nova Zelândia e Austrália) (Potts, 2016). De modo geral, o declínio do consumo de carne nos países industrializados do Ocidente se deve: I) ao aumento de conhecimento por parte da população sobre os problemas de saúde relacionados ao consumo de carne vermelha (Pan et al, 2011); II) à preocupação crescente com os impactos ambientais decorrentes de uma alimentação baseada em criação intensiva de animais para consumo (Twine, 2010); III) ao aumento das preocupações éticas ligadas aos sistemas intensivos de criação de animais e abatedouros (Marcus, 2005; Eisnitz, 2007).

Nota-se, desta forma, que os motivos que estão resultando na diminuição do consumo de animais não humanos em alguns países não têm sido suficientes - mesmo que apresentem aspectos aparentemente “universais” – para impulsionar o Veganismo⁴⁵ (ou mesmo a diminuição do consumo de carne de animais não humanos) nos países da América Latina e do Sul global. Identificamos, então, um problema epistemológico no qual o conhecimento do Norte global e o padrão lá estabelecido não são capazes de contemplar as pessoas dos países do Sul global. Porém, de qual Veganismo estamos falando?

O Veganismo foi definido em 1945, no Reino Unido, por Donald Watson e Dorothy Morgan, como sendo uma forma de vida que busca excluir, dentro do possível, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais não humanos. Tal conceito teve origem a partir de um grupo de pessoas que compunha a Vegan Society (Sociedade Vegana, na sua tradução a partir do inglês), que publicava newsletters sobre o tema desde 1944. O termo e tal Movimento Vegano⁴⁶ definidos e materializados no coração da Europa, colocam legitimamente os animais não humanos como centro ou foco do Veganismo, mas não reconhecem a necessidade de diálogos e integração do mesmo com as lutas dos demais movimentos sociais. Assim, o Veganismo da Sociedade Vegana se torna um fenômeno e um conceito inacessíveis, eurocêntricos e excludentes de grupos

⁴⁴ Este artigo se originou a partir da dissertação de mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva terminada no ano de 2020.

⁴⁵ A utilização de “Veganismo” com “V” maiúscula faz referência ao veganismo mais difundido, com origem na Europa. Trata-se do Veganismo que é predominante nos grandes e mais conhecidos movimentos e grupos – como exemplo, podemos citar a PETA ou People for The Ethical Treatment of Animals –, que compõem o imaginário popular acerca do que significa este conceito, ideia e posicionamento ético-político. A utilização da noção “Veganismo” não ignora a existência anterior e concomitante de veganismos que operam/operaram de formas diferentes, como exemplo podemos mencionar o veganarquismo e o afroveganismo.

⁴⁶ Utilizado em letras maiúsculas para marcar que esse é o Movimento Vegano amplamente difundido e tido como referência pela mídia e grande coletivos ou grupos animalistas/antiespecistas. Vale ressaltar que nossa utilização não busca anular a pluralidade de movimentos que também abraçam o veganismo enquanto posição ético-política.

sociais que não têm a escolha de não lutar de forma interseccional⁴⁷ e integrada (Brueck, 2017).

É fato que o fim do colonialismo político não corresponde à descolonização⁴⁸ do conhecimento. Segundo Piza e Pansarelli,

O domínio epistemológico tem na razão sua fundamentação. A razão, nessa perspectiva soberana, totalitária, tornou-se, no Ocidente, a racionalidade científica que, como modelo totalitário, nega o caráter racional de todas as outras formas de conhecimento que não tiverem como critério os princípios epistemológicos e regras metodológicas da epistemologia dominante. Isso nos leva a crer que os processos de descolonização que se iniciaram, historicamente, como um processo de libertação das colônias e formação de Estados-nações independentes, hoje, devem continuar com a libertação de uma colonização epistêmica que, se efetivada, abriria espaço para a concepção de outra razão, de outra racionalidade. A descolonização colocaria fim a um processo histórico de implantação de dado tipo de poder, a colonização do saber, como nomeada por Mignolo. (Piza; Pansarelli, 2012, pp. 30-31)

O capitalismo global é hoje um regime cultural e civilizacional que descredibiliza e suprime todas as práticas sociais de conhecimentos que contrariam os interesses das nações do Norte global (Segato, 2018). Desta forma, não podemos deixar de perceber que o “Veganismo”, como forjado e conceptualizado nos moldes europeus, pode carregar aspectos ou traços colonizadores que são amplamente criticados por movimentos sociais (como o feminismo decolonial latino-americano, por exemplo). Por isso, este conceito torna-se, potencialmente, incapaz de representar e dialogar com grupos políticos que, muitas vezes com razão, o acusam de ser elitista, branco, racista, cis-heteronormativo, masculinista e eurocentrado.

A escolha individual de abraçar e assumir a posição ético-política vegana depende, então, da necessidade de criar um Veganismo capaz de retirar de suas pautas, ações, abordagens e militantes, o caráter elitista e etnocêntrico predominante. Entender a praticabilidade dessa definição eurocêntrica, que ainda é a que predomina na atualidade, e como as diferentes opressões impactam nas escolhas políticas de cada pessoa, resulta na necessidade de uma abordagem interseccional, consistentemente antiopressiva e, nesse sentido, compreensiva no que diz respeito às diferenças culturais existentes entre as comunidades. A recusa da maioria vegana em reconhecer o *modus operandi* das

⁴⁷ “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. (Crenshaw, 2002)

⁴⁸ Decolonial, descolonização ou decolonialidade faz referência a procura de transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. (Colaço, 2012).



opressões do Movimento Vegano continua a contribuir com o sofrimento de animais não humanos e, conseqüentemente, tornam o Veganismo inacessível para muitos, principalmente para os indivíduos (subalternizados) do Sul global e de outros lugares (Brueck, 2017).

Considerando que o racismo, o machismo (predominantemente esses dois) e outras opressões também resultam no racismo ambiental (Bullard, 2002) e em problemas particulares de saúde - atrelados ao acesso restrito a atendimento, a produtos e a doenças relacionadas à dieta - (Guthman, 2011), somos capazes de entender que repensar o Veganismo do ponto de vista dos grupos mais afetados pelo carnismo (Joy, 2009) é uma tarefa urgente para sua inclusão na causa e, sendo assim, para a prática de um veganismo libertário e de caráter realmente interseccional.

É importante reconhecer a existência de vertentes discordantes do Veganismo propulsionado por Donald e Dorothy Morgan, a exemplo do veganarquismo, do afroveganismo, entre alguns outros. No entanto, o que se trata de fazer aqui é uma análise ético-política e histórica que explique o não protagonismo constante desses veganismos e o sucesso do Veganismo eurocêntrico.

No entanto, o problema transcende o da identificação de uma incoerência com respeito a tendências e inconsistências conceituais e fenomenológicas a níveis de resposta política humana, uma vez que por trás desses dados se encontram seres sencientes passíveis de sofrimento e opressão. O número crescente de trilhões de animais não humanos (mamíferos, aves e animais marinhos) confinados, criados e cruelmente assassinados para consumo humano (Meat Atlas, 2014) mostra a necessidade de um veganismo que contemple todas as regiões e pessoas não apenas interessante, mas urgente do ponto de vista ético e de uma política a partir dos animais (como talvez sugeriria Brian Massumi, 2014). Isto porque os seres acometidos pelo especismo continuarão a sofrer e ter seus direitos negados enquanto o consumo, uso, exploração e instrumentalização dos mesmos não diminuir ao redor do mundo.

Assim, se os veganismos se apresentarem como uma das possíveis respostas para a ruptura com a opressão especista, é importante implementá-la de forma politicamente integrada com as outras lutas anti-opressão. E será que o não diálogo com outros movimentos sociais ocorreu desde as forjaduras conceituais e práticas do Veganismo europeu? Entendendo a necessidade de veganismos capazes de suprir a demanda intersetorial para com outras lutas sociais, de propor uma ruptura com a cultura da carne (Potts, 2016) e o sistema invisível que oprime minorias políticas, é necessário ir à fundo nos problemas e questões que podem estar afastando a adesão ou interpretação do que é o Veganismo para o público geral e, quem sabe, a partir de uma crítica profunda e fundamentada, apontar o caminho único aos veganismos inclusivos, decoloniais e antiopressivos.

1.1. Metodologia de análise



Dado que se busca encontrar, definir, contextualizar e entender a criação do conceito “Veganismo” e da Sociedade Vegana em que o forjou, a realização de uma análise documental pode ser uma ferramenta valiosa para, juntamente com uma análise conjuntural, desenvolvermos nossas hipóteses acerca dos agentes envolvidos no fenômeno, mas também para trazermos à tona as particularidades que nem sempre foram narradas em trabalhos sobre a temática, os quais muitas vezes deturpam a história⁴⁹.

Segundo Gil (2008, p. 45), a análise documental se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não recebera ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa [...]”, por isso, enquadro a análise das revistas da Sociedade Vegana neste tipo metodológico. Conceitua-se aqui, então, as edições das revistas da Sociedade Vegana (Vegan Society, no original em inglês) como fonte primária documental, já que mesmo obtendo acesso ao material via online, trata-se de documentos originalmente impressos.

As edições das revistas da Sociedade Vegana são tidas como uma fonte natural de informação contextualizada, aportando, assim, informações valiosas sobre esse mesmo contexto (Lüdke & André, 1986, p. 39). A linguagem utilizada nas edições (elemento de análise também importante), os autores que dela participavam, o que se pode obter do cenário político e da interpretação das pessoas que compunham essas revistas etc., trazem informações primárias para a análise geral que condizem com os objetivos propostos neste artigo - principalmente no que diz respeito à origem, ao momento, aos agentes, ao local e a forma através da qual o Veganismo se forjou.

A análise documental realizada seguiu o modelo de análise de conteúdo sugerida por Lüdke & André (1986). Segundo Bauer (2002, p. 191) a análise de conteúdo “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”, de forma que o texto que se tem como objeto de estudo seja lido dentro de um contexto mais amplo. É importante ressaltar que não se trata de uma leitura textual subjetiva, mas sim de uma leitura e de interpretações sistematizadas, baseadas e fundamentadas em outros materiais pesquisados (Bauer, 2002, p. 191) durante a realização deste artigo.

As interpretações realizadas a partir do texto presente na fonte primária não decorrem apenas do conteúdo propriamente dito do documento, mas também das características de seus emissores, do que se pode extrair sobre seus receptores ou sobre quem seria capaz, contextualmente, de receber a mensagem do conteúdo per se (Weber, 1985). Da mesma forma, no caso das revistas da Sociedade Vegana, a análise de conteúdo permite inferir sobre seus autores (o que Weber chama de emissores), sobre a mensagem per se e sobre aquelas pessoas que receberam a mensagem ou que eram capazes de recebê-la.

⁴⁹ A história é escrita pelos vencedores. George Orwell. *As I Please*, journal Tribune (1943-1947).

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

A análise documental realizada aqui se baseou: na análise de conteúdo; no contexto sócio-histórico das Primeira e Segunda Guerra Mundiais; nas conceituações profundas acerca das campanhas ligadas à alimentação na Inglaterra/Grã-bretanha presentes nas obras *The Spade as Mighty as the Sword* de Daniel Smith e *Spuds, Spam and Eating for Victory* de Katherine Knight.

O corpus de análise foi definido com todas as edições da revista (37 edições) publicadas pela Sociedade Vegana, desde sua criação, em 1944, até o final do racionamento de alimentos na Inglaterra, que data do ano de 1954. A escolha para tal período se dá devido à hipótese de haver uma conexão entre as políticas estatais conectadas ao racionamento de alimentos durante a Segunda Guerra Mundial e o advento do fenômeno do Veganismo na Inglaterra. O Quadro 1 apresenta a sistematização das edições das revistas que foram analisadas enquanto fontes primárias.

| Nome da Revista | Edição | Volum e | Estação do Ano | Ano de Publicação |
|-----------------|--------|---------|----------------|-------------------|
| The Vegan News | I | 1º | - | 1944 |
| The Vegan News | I | 2º | Inverno | 1945 |
| The Vegan News | I | 3º | Primavera | 1945 |
| The Vegan News | I | 4º | Verão | 1945 |
| The Vegan News | I | 5º | Outono | 1945 |
| The Vegan | II | 1º | Primavera | 1946 |
| The Vegan | II | 2º | Verão | 1946 |
| The Vegan | II | 3º | Outono | 1946 |
| The Vegan | II | 4º | Inverno | 1946 |
| The Vegan | II | 5º | Primavera | 1947 |
| The Vegan | II | 6º | Verão | 1947 |
| The Vegan | II | 7º | Outono | 1947 |
| The Vegan | II | 8º | Inverno | 1947 |
| The Vegan | II | 9º | Primavera | 1948 |
| The Vegan | II | 10º | Verão | 1948 |
| The Vegan | II | 11º | Outono | 1948 |
| The Vegan | II | 12º | Inverno | 1948 |
| The Vegan | II | 13º | Primavera | 1949 |
| The Vegan | II | 14º | Verão | 1949 |
| The Vegan | II | 15º | Outono | 1949 |
| The Vegan | II | 16º | Inverno | 1949 |
| The Vegan | III | 1º | Primavera | 1950 |
| The Vegan | III | 2º | Verão | 1950 |
| The Vegan | III | 3º | Outono | 1950 |
| The Vegan | IV | 1º | Primavera | 1951 |
| The Vegan | IV | 2º | Outono | 1951 |
| The Vegan | V | 1º | Primavera | 1952 |
| The Vegan | V | 2º | Verão | 1952 |

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

| | | | | |
|-----------|---|-----|-----------|------|
| The Vegan | V | 3º | Outono | 1952 |
| The Vegan | V | 4º | Inverno | 1952 |
| The Vegan | V | 5º | Primavera | 1953 |
| The Vegan | V | 6º | Verão | 1953 |
| The Vegan | V | 7º | Outono | 1953 |
| The Vegan | V | 8º | Inverno | 1953 |
| The Vegan | V | 9º | Primavera | 1954 |
| The Vegan | V | 10º | Outono | 1954 |
| The Vegan | V | 11º | Inverno | 1954 |

Disponível em: https://issuu.com/vegan_society Acesso: 12/08/2019

Quadro 1. Corpus de Análise Documental de Conteúdo: Revistas da Sociedade Vegana datadas entre 1944 e 1954.

Conforme estabelecido enquanto aplicação da metodologia de análise documental de conteúdo, em cada uma dessas 37 edições, buscou-se identificar: I. aspectos relacionados à alimentação ou ações que fossem condizentes com as políticas do Estado britânico da mesma época⁵⁰; II. aquilo sobre o que falavam as autoras mulheres da revista, entrando aqui, então, uma análise de gênero e sexualidade; III. A presença de discussões sobre racismo, etnia e raça; IV. A presença ou não de religiosidade, pontuando-se qual/quais religiões estavam em questão; V. a presença de propagandas; VI. A presença de uma discussão antiespecista ou de libertação animal, que não se reduzisse à problematização da alimentação; VII. A presença de aspectos que manifestam o exercício de poder a partir dos emissores das mensagens⁵¹.

A análise de tais categorias definidas no parágrafo anterior será feita de forma agrupada, tornando a leitura dinâmica e permitindo a comparação, ao longo dos dez anos de edições, dos avanços ou mudanças de determinado aspecto. Apenas os três primeiros volumes do The Vegan News serão analisados separadamente, uma vez que tratam do momento prévio à consolidação oficial da criação da Sociedade Vegana do Reino Unido, exigindo minuciosidade na investigação quanto à criação do Movimento.

As informações elencadas podem ser tanto reflexo de quem está por trás das mesmas, quanto ilustrações das preocupações do Movimento Vegano como um todo. Essas preocupações, por sua vez, são capazes de excluir da construção do Veganismo vários grupos minoritários.

A outra metodologia aplicada na pesquisa deste artigo, foi a de levantamento bibliográfico. Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica pode ser definida como aquela “com

⁵⁰ Ou seja, conforme será explicado na sequência de nosso trabalho, tais ações dizem respeito a ao plantio, à fertilização da terra, à organização do trabalho, aos livros de racionamento e de apelo nacionalista.

⁵¹ Como guerras de poder entre membros da Sociedade Vegana, desentendimentos, características repetidas e marcantes, entre outros aspectos.

base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”
(Gil, 2002, p. 44).

2. Quando, onde e quem?

[...] We were not vegetarian from choice
but from necessity
meat cost too much and atollment salad seemed free.
So there were fragile young lettuces in season
and small shining globes of radishes,
spring onions which chilled the throat (jibbooms we called them)
and deep purple flesh of beetroot
fleetingly reminding us of meat. [...]
Earley, 2007[1992].⁵²

2.1. Quando e onde?

Quando falamos da Sociedade Vegana ou da Vegan News⁵³ e do conceito de “Veganismo” por ela criado, estamos falando, respectivamente, dos anos de 1944 e 1945, no Reino Unido. A contextualização histórica, que carrega as marcas deixadas pelo local e momento no qual essa Sociedade e conceito foram criados, é de extrema importância para entender a manifestação do Veganismo enquanto fenômeno social. Por sua vez, entender o contexto do qual o Veganismo advém enquanto prática e “estilo de vida” circunscrito às particularidades históricas da época nos compromete a pensá-lo criticamente desde o primeiro momento.

A Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, teve uma dimensão histórica particular pois envolveu todos os grandes estados Europeus com exceção da Espanha⁵⁴. Isto serve, talvez, para demonstrar o alcance das consequências produzidas por um conflito dessa magnitude em um mundo pré-globalizado e completamente eurocentrado, principalmente em termos econômicos e políticos.

Podemos destacar mudanças no cenário social, político e econômico do Reino Unido durante e após o conflito da Primeira Guerra Mundial. Estas mudanças vão desde a perda de uma geração de homens por meio do conflito –meio milhão de homens

⁵² Trecho de “For what we received” poema sobre o ano de 1941, na Grã-bretanha; em, Katherine Knight. Spuds, Spam and Eating for Victory (p. 224). The History Press. Edição do Kindle.

⁵³ Nota-se que, neste ano, foi publicada pela primeira vez a newsletter “Vegan News” pelas mesmas pessoas que logo mais definiram o conceito “Veganismo” e formaram a Sociedade Vegana (Vegan Society, em inglês).

⁵⁴ A Espanha havia acabado de vivenciar a Guerra Civil Espanhola, estando em situação de vulnerabilidades militares, sociais e econômicas. Além disso, em 17 de março de 1939, a Espanha assina, em Lisboa, o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não Agressão (também denominado “Pacto Ibérico”), que obrigava a manter neutralidade diante do conflito. Para leitura mais aprofundada sobre o tema, consultar:

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0968344516688931>

britânicos com menos de trinta anos, mais precisamente segundo Winter (1985, p. 83), morreram – até o fortalecimento do poder das forças de trabalho organizado e a produção de revoluções temporárias no emprego das mulheres fora do lar⁵⁵.

Tecnologicamente, o único instrumento que teve efeito significativo na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o submarino, que bloqueava os suprimentos alimentícios dos adversários e, assim, acabava matando-os de fome. No caso da Grã-Bretanha, isto não foi diferente. Como a maioria de seus suprimentos eram importados através do mar, em 1917 a guerra invisível a vinte mil léguas submarinas quase levou os britânicos à fome, antes que pudessem remediar a situação com medidas de guerra efetivas (Hobsbawm, 1994, p. 37). Ou seja, a questão da fome assolando o Reino Unido durante período de conflito, comum ao estado de todas as guerras, remonta às primeiras décadas do século XX. A partir disso, algumas medidas remediadoras foram implementadas para tentar esquivar a escassez de alimentos, com destaque para a expansão de pequenos loteamentos destinados ao plantio e a algumas mudanças estruturais na arquitetura trabalhista.

No entanto, após o final da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha não deu prosseguimento, no momento do pós-guerra, a uma economia voltada a evitar futuras crises alimentares. Ao invés disso, destinou terras e loteamentos para premiar os soldados e heróis de guerra que retornavam ao solo bretão (Smith, 2013). Apenas em 1935, após tomar conhecimento do crescimento ostensivo da força aérea alemã e do aumento do recrutamento de soldados por parte de Hitler, é que o governo da Grã-Bretanha começa a tomar algumas medidas focadas em prevenir uma possível situação de crise alimentar em caso de conflito armado (Smith, 2013).

No entanto, marca-se, de antemão, que apenas em 1937 o governo inglês decidiu preparar, imprimir e estocar Ration books (ou livros de racionamento), ao mesmo tempo em que o Ministério dos Alimentos estimulava os trabalhadores do campo a substituir a produção de carne pelo plantio de vegetais e cereais, atestando que os alimentos de origem vegetal contribuía com maior valor nutricional por acre de terra a um maior número de pessoas.

2.1.1. Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar de grande escala datado entre 1939 e 1945. Entende-se que suas dimensões políticas e históricas sejam complexas. No entanto, para fins desta análise, vamos focar na Economia de Guerra da Inglaterra/Grã-

⁵⁵ Vale ressaltar que, na época, a ocupação de trabalhos fora do ambiente doméstico pelas mulheres não correspondia à libertação ou à conquista de direitos trabalhistas sob perspectiva feminista branca e europeia. A Primeira Guerra Mundial foi um conflito de massas, no qual a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% dos seus homens para as Forças Armadas (Milward, 1979, p. 216), indicando um “nível de mobilização de massa, durante anos, [que] só pôde ser mantido por uma economia industrializada de alta produtividade e – ou alternativamente - em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população” (Hobsbawm, 1994, p. 51).



Bretanha - resultante ou relacionada a esse conflito – para analisar as relações existentes entre ela, o Veganismo e a Sociedade Vegana.

Segundo *Wartime Farm*⁵⁶ (2012), o Reino Unido importava dois terços da matéria-prima ligada à alimentação durante a Segunda Guerra Mundial. Isso aponta para o fato de que o embargo aos navios de importação – principalmente ingleses e Norte-americanos –, estabelecido pela Alemanha Nazista durante a Guerra era, de fato, eficaz na influência da economia inglesa. Um dos resultados desses embargos foi a limitação de acesso a essa matéria-prima utilizada para alimentação, de forma que o acesso à comida se tornou um problema para as inglesas e ingleses devido ao fato de que muitos alimentos e outros bens de consumo não conseguiam chegar às costas do Reino Unido. Assim, para remediar a fome iminente, o Ministério da Agricultura e, posteriormente, o dos Alimentos⁵⁷, estabeleceu medidas de racionamento de alimentos e realizou várias campanhas publicitárias ao redor do tema.

No dia três de outubro de 1939, um mês após o pronunciamento oficial da ocorrência da Segunda Guerra Mundial, o ministro da agricultura Dorman-Smith apareceu na BBC para introduzir a campanha de nome *Grow more Food*. Os objetivos gerais da campanha eram em sua fase inicial: incentivar o maior número possível de homens, mulheres e crianças a usarem seus jardins ou solicitar às autoridades locais um lote (normalmente cobrindo uma área de 30 por 90 pés) para alimentar suas famílias (e talvez alguns amigos) com vegetais suficientes para grande parte do ano (Smith, 2013, p.21). Essa campanha acabou se complexificando, pois envolveu variados ministérios e recebeu o famoso nome *Dig for Victory* (ou “Cave pela Vitória”, na sua tradução a partir do inglês).

O racionamento de comida⁵⁸ se deu através da implantação, em 1940, dos chamados *Ration Books* ou ‘livros de racionamento’, nos quais cada família tinha, estipulada pelo governo, uma quantidade máxima de produtos alimentícios para consumir durante o período de uma semana⁵⁹. Os primeiros alimentos a serem racionados foram o bacon, gorduras para cozinhar (principalmente manteiga e margarina) e açúcar. Já em 1942, constavam no *Ration Book* os seguintes alimentos, como pode ser visto na “Imagem 1”: açúcar, carnes, queijo, ovo e gorduras para cozinhar. Nota-se que é importante ressaltar que peixe e frango já estavam incluídos na categoria “carnes” e que além do queijo também havia racionamento de leite e demais laticínios.

⁵⁶ Documentário de oito partes feito pela BBC, em 2012. O documentário encena o funcionamento de uma fazenda inglesa durante a Segunda Guerra Mundial e reporta determinados fatos relacionados à alimentação da população nessa mesma época.

⁵⁷ Ministry of Food, em inglês, vigente na época de 1939-1958 e Ministry of Food Control, na época de 1916-1921. Tratava-se de um Ministério separado do Ministério da Agricultura que se ocupava da gestão de alimentos e da produção dos mesmos durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

⁵⁸ Importante ressaltar que outros bens de consumo, como roupas, também foram racionados. Porém, para fins deste trabalho, tratarei apenas do racionamento de alimentos.

⁵⁹ A conta era realizada em função do número de pessoas da família e do número de homens e mulheres presentes nessa família. A distinção entre número de homens e mulheres se devia ao fato de que, supostamente, as mulheres consumiriam menos alimentos que os homens. Aqui, vemos uma manifestação de uma discriminação baseada no gênero.



Imagem 1. Página interna de um livro de racionamento de 1942. Este livro determina o racionamento de açúcar, bacon, queijo, gorduras para cozinhar, ovos e carne. Fonte: National Archives.

Diante disso, o que podemos notar entre os alimentos que faziam parte desta política de racionamento por parte do Ministério dos Alimentos? Com exceção do açúcar e do trigo – que não constava no livro, embora seu consumo fosse amplamente desestimulado, os demais alimentos que foram racionados eram todos de origem animal. As pessoas estavam, então, sendo estimuladas e fiscalizadas para reduzirem o consumo de produtos de origem animal, mas não estavam, em contrapartida, sendo estimuladas a reduzir o consumo de substitutos e demais produtos de origem vegetal.

Desta forma, logo no primeiro momento de nossa análise, podemos notar que as duas ferramentas políticas do Estado da Grã-Bretanha para o combate à fome durante a Segunda Guerra Mundial eram (1) as campanhas de incentivo à plantação e aumento do consumo de vegetais obtidos desta forma e (2) os livros de racionamento. Ao cruzarmos essas estratégias, notamos um ponto em comum: as duas visavam o aumento do consumo de vegetais, seja pelo incentivo direto da redução ou controle do consumo de produtos de origem animal (no caso dos livros de racionamento, criando a necessidade de buscar substituições vegetais para esses alimentos), ou pelo incentivo ao plantio de vegetais, que apresentavam maior produtividade em relação ao espaço ocupado do que a criação de “animais de consumo”⁶⁰, através de propagandas e campanhas.

Concomitantemente ao racionamento direto de alimentos, o Ministério dos Alimentos, em uma estratégia complexa e articulada, lançou séries de propagandas para influenciar e mudar o consumo e hábitos alimentares da população da Inglaterra, como citado anteriormente. As ações do Ministério em questão foram, de modo geral, efetivas e de largo alcance. É importante ressaltar, no entanto, que qualquer mudança incentivada no quesito da alimentação não poderia ser simplesmente intuitiva, mas deveria contar

⁶⁰ Utilizo esta expressão entre aspas porque se trata de uma linguagem especista.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



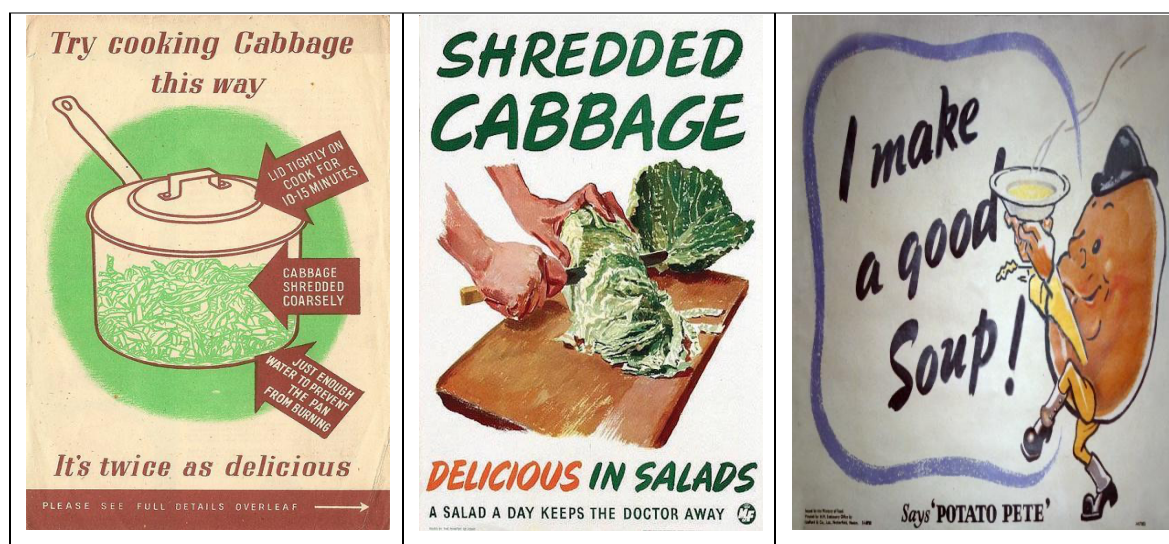
REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

com informações acerca da economia, indústria e saúde inglesas, de forma a compensar possíveis e potenciais deficiências nutricionais na Grã-Bretanha.

Além disso, no caso do fornecimento de terras para o plantio, era necessário encontrar o que o Ministério chamava de “candidato apropriado”, assim como estabelecer infraestruturas locais de supervisão, suprir as necessidades básicas para a produção etc. Isso tudo não exigia apenas uma burocracia competente, mas uma campanha de relações públicas que iria educar e capturar a imaginação de milhões que, até então, não consideram que tinham “dedos verdes”.

O ministro dos alimentos, em 1940, era Lord Woolton e suas propagandas e campanhas eram de fato conhecidas por todo o país. A Woolton Pie⁶¹, por exemplo, foi uma receita amplamente difundida e estimulada pelo ministro para substituir as tortas salgadas inglesas que tradicionalmente continham carne em seus ingredientes e é, até os dias de hoje, consumida pela população.

As propagandas e campanhas de tal Ministério eram de dois principais tipos: I) para a substituição de ingredientes de origem animal por ingredientes vegetais (ver Imagens 2, 3 e 4); e II) para estimular o plantio de vegetais por parte da população rural e urbana, campanha que recebeu o conhecido slogan Dig for Victory ou “Cave pela Vitória”⁶² (ver Imagem 5, 6 e 7), fazendo referência às pás usadas na agricultura e estabelecendo uma relação entre a agricultura e a vitória da Inglaterra na Segunda Guerra. É importante notar que mesmo buscando atingir a população inglesa como um todo, as mulheres foram o público principal dessas propagandas e campanhas.



⁶¹ Tratava-se de uma torta salgada de pastinaca ou batata, couve-nabo, couve-flor, nabo, cenouras ou quaisquer vegetais disponíveis, com um molho de base vegetal e uma crosta, sem farinha, composta de aveia. A torta, inicialmente, foi desdenhada pelo público, mas posteriormente se tornou um prato popular da época.

⁶² Inicialmente chamada de Grow More Food.

Imagens (da esquerda para a direita) 2, 3 e 4. Propagandas do Ministério dos Alimentos, datadas respectivamente em 1940, 1941 e 1942. Fonte: National Archives.

Imagem 2: Propaganda ensinando a comer repolho de novas formas, estimulando o seu uso em pratos que tradicionalmente utilizam carne.

Imagem 3: Propaganda ensinando a utilização de repolho em saladas e apontando para os benefícios de saúde advindos do consumo deste vegetal

Imagem 4: Propaganda com Potato Pete ou “Batata Pete”, um personagem criado para estimular o uso de batatas em sopas ao invés de carne. Seu foco era principalmente o público infantil e tinha músicas para ensinar às crianças como “era divertido comer sopa com batata”.



Imagens (da esquerda para a direita) 5, 6 e 7. Propagandas da campanha nacional inglesa - do Ministério do Alimentos - Dig for Victory durante a Segunda Guerra Mundial que estimulava o plantio de vegetais pela população inglesa. 1940-1948. Fonte: National Archives.

As campanhas e propagandas remetiam, constantemente, ao fato de que a substituição alimentícia e o plantio de vegetais em resposta ao racionamento eram formas de se engajar diretamente na vitória da Inglaterra e dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. E eram as mulheres as responsáveis pela alimentação dos lares e famílias e pela substituição da mão-de-obra campesina masculina, que foi mandada de forma massiva para a guerra (ver Imagens 8, 9 e 10). Desta forma, mesmo acatando ordens, as mulheres inglesas sentiam que estavam ajudando a nação ao cozinhareem de forma diferente ou ao se envolverem no plantio local de alimentos, sentimento este inspirado pelo nacionalismo presente em todas as eficientes propagandas de Guerra – incluindo as do Ministério dos Alimentos citadas anteriormente.

Uma das propagandas do Ministério de Agricultura, segundo Knight (2007, p. 38), dizia:

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

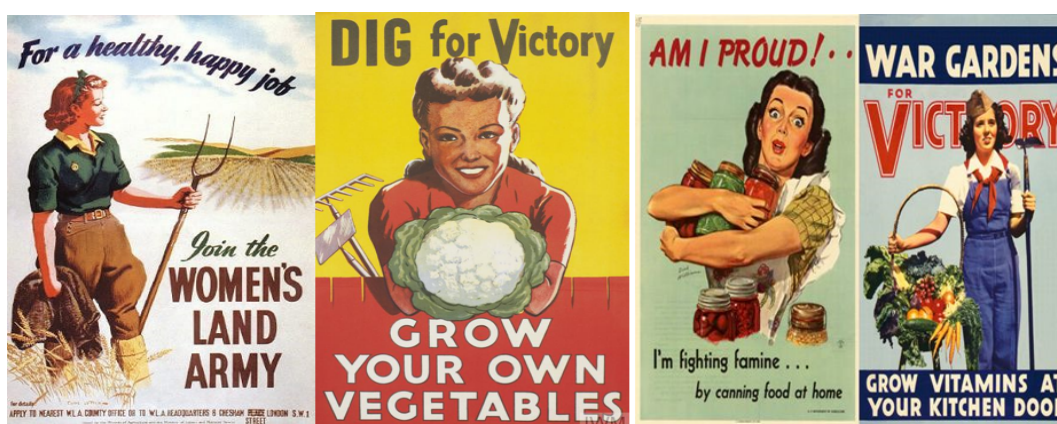
Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

Cabe a você prover os vegetais que são vitais para a saúde de seus filhos – especialmente no inverno. Faça com que seus filhos te ajudem. Se você não tem um jardim peça um lote ao seu conselho. Faça Isso Já. (Knight, 2007, p. 38)

Nota-se então que, assim como o Ministério dos Alimentos, o Ministério da Agricultura criou um conjunto de informações para apelar tanto ao patriotismo quanto ao próprio interesse das mulheres, encorajando um engajamento na produção ativa de vegetais em maior escala (e de ovos e de porco no início da guerra até meados 1940, iniciativa da qual o Ministério desistiu depois devido à baixa produtividade nestes ramos).



Imagens (da esquerda para a direita) 8, 9 e 10. Propagandas voltadas para mulheres da campanha nacional inglesa “Dig for Victory”, do Ministério dos Alimentos durante a Segunda Guerra Mundial. 1940-1945. Fonte: National Archives.

Além de se ocuparem do plantio nos seus próprios jardins, é importante ressaltar que houve uma grande mudança no trabalho formal realizado por parte das mulheres. Obviamente, ao longo da história da Inglaterra (e talvez do mundo) as mulheres pobres sempre trabalharam fora de seus lares, seja como trabalhadoras domésticas, trabalhadoras industriais (um aumento significativo desses empregos foi vivenciado no entreguerras) ou auxiliando em trabalhos no campo, caso se tratasse de mulheres em regiões rurais. Já as mulheres mais ricas e com acesso à educação começaram a trabalhar, a partir de 1918, como enfermeiras e professoras (Knight, 2007).

Porém, a partir da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir de 1941, o governo inglês esperava que as mulheres entre dezenove e trinta anos se registrassem para realizar trabalhos relacionados à guerra, com exceção daquelas que tivessem filhos com menos de quatorze anos, que tivessem que gerenciar um lar ou que fossem esposas de soldados e marinheiros em serviço. Como alternativa, as mulheres podiam, no entanto, se voluntariar para integrar o Women’s Land Army (Exército da Terra de Mulheres). Este movimento de trabalho formal da população jovem de mulheres que não possuíam filhos ou laços matrimoniais com homens em serviço militar também pode indicar quais eram

as pessoas que a campanha Dig for Victory acabou tendo como principal foco: donas de casa, mães, mulheres mais ricas e com maiores níveis educativos. Isto porque as demais mulheres estavam fora de suas casas trabalhando e sendo exploradas pela metade dos salários que recebiam os homens ao realizar o mesmo serviço, ao menos na indústria (Knight, 2007).

Nota-se, então, que as pessoas com disponibilidade de tempo para integrar à Dig for Victory eram mulheres de classe mais alta, assim como, geralmente atreladas à maternidade ou donas de casa. Além de mulheres, crianças dessa mesma classe ou crianças menores de quatorze anos de outras classes sociais permaneceram nas áreas urbanas, bem como homens de classe alta e ricos (que não iam trabalhar) – estes não foram à guerra e tampouco trabalharam em atividades essenciais da indústria ou do campo.

Por que dizer que essa campanha estava direcionada a esse público específico e não à população de uma forma geral? As pessoas ricas⁶³, nas cidades, tinham jardins. Por sua vez, as de classe média ou pobres, se candidataram para o uso de áreas loteadas. Para a obtenção de um lote, no entanto, havia a avaliação de quem era um “bom candidato”, o que vinha acompanhado de uma avaliação do tempo disponível para trabalhar no plantio. Aquelas pessoas que tinham trabalhos formais não tinham como manter, por exemplo, duplas ou triplas (no caso de mulheres pobres e trabalhadores formais) jornadas de trabalho para a manutenção do jardim da vitória no lote; por estes motivos, tais pessoas não eram “bons candidatos”. Vemos aqui um recorte de classe que reforçou, durante a escassez alimentar da Segunda Guerra Mundial na Inglaterra, o abismo nutricional entre as classes sociais – recorte que sempre tem relação com os recortes de raça e/ou etnia, mesmo que indiretamente (Smith, 2013).

A solução oferecida para as pessoas que não podiam obter esses lotes para o plantio – e que mesmo assim não eram liberadas de tal dever cívico – era cultivar vegetais em caixas nas suas janelas ou em telhados retos. No entanto, é importante lembrar que na Inglaterra os invernos são intensos e cruéis e por isso trabalhar em cima de um telhado era muito duro. Isso significa que as condições de trabalho eram muito piores para as classes mais baixas (Knight, 2007). Além disso, a variedade possível de ser plantada em caixas ou em telhados – onde a drenagem de água para evitar infiltrações nas construções deve ser considerada – é mais limitada.

Estamos tratando, então, de um Estado que estimula o consumo de produtos de origem vegetal e desestimula o consumo de produtos de origem animal (principalmente carne); um Estado que mantém as hierarquias socioeconômicas através das suas políticas públicas, ao menos com relação àquelas ligadas à alimentação, e que usa do nacionalismo

⁶³ Segundo a NRS do Reino Unido, a partir do século XX, pessoas ricas eram equivalentes às de “classe média alta” ou “UMA”, sendo definidas de acordo com a ocupação do chefe de família. A ocupação principal da classe UMA é a de superior gerencial, administrativo ou profissional. Apenas cerca de 2% da população do Reino Unido é identificada como classe superior (este percentual se manteve estável ao longo do século XX) e este grupo não é separado pelo esquema de classificação NRS. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20110303033539/http://www.nrs.co.uk/lifestyle.html>. Acesso em: 20 de set. 2020.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

como ferramenta de estímulo para práticas lidas hoje como sustentáveis e confluentes com o Veganismo amplamente difundido (plantio em casa, substituição de alimentação etc.).

Com base nisso e no estabelecimento do onde e do quando surgiu o “Veganismo”, somos capazes de concluir ou inferir algumas coisas em relação ao referido conceito e ao surgimento da Sociedade Vegana: 1) o Veganismo, pelo menos enquanto prática, em seu início, encontrava-se de acordo com as políticas socioeconômicas da época e local, de forma que não foi, em seu cerne, desafiador da estrutura social e do poder vigentes; 2) a Sociedade Vegana não ameaçava, portanto, o nacionalismo britânico; 3) possivelmente o Veganismo e a Sociedade Vegana foram forjados com influência de tendências nacionais que não tinham particular interesse pela justiça social de minorias políticas, dentre elas os animais não humanos; 4) pessoas jovens, pobres e de etnias e raça variantes da branca e cristã/protestante/anglicana provavelmente estavam demasiadamente ocupadas com o trabalho e os jardins da vitória, não tendo tempo de sobra para nenhum envolvimento com organizações como a Sociedade Vegana.

Será avaliada se essa compreensão do Veganismo ainda segue influenciando as ações, posicionamentos e posturas ligadas ao mesmo. O Veganismo, em seu nascimento, não se propôs a subverter relações de poder, mas a configurar novas justificativas para continuar performando o sistema político e econômico vigente. Esse caráter inerte, que segue e se molda em função das necessidades econômicas – diferentes ao longo do tempo e a depender do local – acompanha o Veganismo até os dias de hoje. Não nos encontramos mais diante de um sistema ou cultura que necessariamente o estimula enquanto prática, mas nos encontramos diante de um Veganismo capaz de ser captado pelo mesmo sistema, que se reinventa como ou enquanto mercado.

O Veganismo pode, então, não ser mais uma solução estatal para um problema de escassez de alimentos, mas permanece como ferramenta política para manutenção de poderes socioeconômicos e para reeditar hierarquias e opressões. Isto porque se trata de uma prática muitas vezes desprovida de perspectiva ou comprometimento ético.

2.2. Quem?

O estabelecimento de uma contextualização histórica do surgimento desse Veganismo é capaz, então, de nos fazer entender certas tendências que podem ser observadas até hoje ou características que impediram a expressão de um Veganismo de contracultura e de resistência ao sistema e poder vigentes. No entanto, não nos basta o onde e o quando. Além disso, precisamos pensar em quem estava (ou está?) por trás desse Veganismo, afinal, este aspecto também é revelador da práxis.

Para fins de análise, não podemos, contudo, restringir-nos apenas ao quem. É preciso pensar também no com quem, ou seja, pensar com quais seres esse Veganismo se preocupava. Para isso, esta análise inclui não apenas um olhar sobre a identidade e lutas

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

de poder entre as pessoas fundadoras do Vegan News e da Sociedade Vegana, mas também sobre o que e para quem elas escreviam. Ademais, estamos interessados em entender se esses escritos incluíam, no que concerne a seus objetivos, preocupações com o combate à opressão para além do especismo⁶⁴. Isso nos torna, de certa forma, capazes de perceber quem, desde o início, o antiespecismo esteve excluído do Veganismo, seja por omissão, falta de acesso ou impossibilidade de realização de uma política de questão única⁶⁵ seja por ser, no fundo, a pauta menos importante para este Movimento.

A primeira Edição⁶⁶ e volume da Vegan News foi lançado em 1944 por Donald Watson como um boletim de notícias endereçado a um grupo de pessoas da Sociedade Vegetariana do Reino Unido chamada Non-dairy vegetarians, isto é, vegetarianos que não consomem leite. Nesse boletim de notícias aparece, pela primeira vez, a palavra “Veganism/Veganismo”, a qual Watson (1944) define como “um tipo de dieta vegetariana que busca excluir o consumo de ovos, derivados do leite e outros ingredientes de origem animal”. Além disso, Watson explica que o Veganismo incluiria o incentivo à adoção dessa dieta e o encorajamento da criação de alternativas aos produtos de origem animal.

Trata-se, de antemão, de um texto autocentrado, no qual sua esposa Dorothy – à qual muitos autores e autoras delegam a conceptualização do termo ao lado de Donald – nem é mencionada. Sempre que utilizava a palavra “vegan/vegano”, Donald Watson fazia alusão à dieta e fazia questão de marcar que não se trata de uma ruptura com o vegetarianismo - uma vez que o vegetarianismo abriu espaço para suas discussões, então os vegetarianos seriam sempre bem-vindos a discutir entre veganos.

Nessa mesma edição, de 1944, Donald Watson cria um grupo informal com 25 membros, automeando-se, nada democraticamente (em suas próprias palavras), tesoureiro, secretário e auditor. Porém, em fevereiro de 1945, Donald lança o segundo volume da Vegan News, anunciando o número de membros e informando que aquelas pessoas que não fossem capazes de pagar pelo recebimento do boletim de notícias, poderiam contribuir apenas com a adoção de uma dieta vegana.

O segundo volume da revista continua sendo altamente centrado na dieta e alimentação, conforme proposto inicialmente, apresentando até um artigo traduzido de um médico falando dos malefícios do consumo do leite (o que era ousado para época, temos de admitir). A única publicação não escrita por Watson foi a de uma receita de pudim de arroz, receita, por sua vez, de autoria de uma mulher. Cabe aqui questionar os estereótipos de gênero marcados desde o início da formação da revista/boletim de notícias e da Sociedade, pois, além disso, todos os comentários de leitores destacados nesse volume foram de homens.

⁶⁴ O conceito de “especismo” remonta ao ano de 1970, definido por R. D. Ryder. Dessa forma, a utilização da palavra aqui, mesmo que não estivesse cunhada na época referida neste artigo, se dá pelo reconhecimento de que o fenômeno prático especista (e por conseguinte antiespecista) é precursor a sua definição conceitual.

⁶⁵ Expressão originada da tradução do inglês single-issue politics. Significa, de forma geral, uma campanha política, apoio político ou objetivo político que se baseia apenas em UMA área política ou ideia essencial.

⁶⁶ A tabela da análise documental contendo todos os dados primários organizados, encontra-se no Anexo 1.

Em maio de 1945 foi lançado o terceiro volume da Vegan News na qual ocorreu a criação formal da Sociedade Vegana do Reino Unido, seu conselho e presidente. O Conselho (com pessoas de sobrenome de origem no UK) contava com três casais, uma mulher solteira e dois homens solteiros. O presidente da Sociedade foi, sem surpresas, Donald Watson.

O conteúdo da revista permaneceu mais ou menos constante com relação aos dois primeiros volumes, destacando-se apenas o seguinte: um grande espaço do número foi delegado a uma notícia sobre o cultivo do solo e ocupação do território rural para o plantio e alimentação populacional com nutrientes vegetais suficientes, havendo aqui um alinhamento com as políticas de Estado da campanha Dig for Victory ou dos exércitos de mulheres que trabalhavam voluntariamente nos campos.

As receitas continuaram de responsabilidade autoral de uma mulher e foi introduzido o tema da utilização de produtos de origem animal nas vestimentas – indo, pela primeira vez, para uma questão além da saúde e alimentação, mesmo que não centralizada diretamente no sofrimento ou exploração dos animais não humanos. Além disso, aqui começa a existir, no final das notícias, um espaço dedicado às propagandas (sim, de coisas, espaços, lugares ou comércios veganos).

A partir da criação da Sociedade Vegana, em 1945, a revista passa a receber o nome de The Vegan, assim como aumenta em número de páginas e autores, bem como de variedade em termos de conteúdo. Em razão disso, nossa análise será realizada em função de categorias delimitadas na seção Metodologia de Análise (no item 1.1. deste artigo).

2.2.1. Guerras de Poder: uma nova narrativa histórica a partir da análise documental

Quando acessamos o website oficial da Sociedade Vegana do Reino Unido, ativa até os dias atuais, encontramos uma narrativa histórica dos fatos acerca da criação do conceito de “Veganismo” - que se encontra na seção History (História). Acerca desse tema, estão disponíveis as seguintes informações:

Embora a dieta vegana tenha sido definida desde o início, foi apenas em 1949, quando Leslie J Cross apontou que a sociedade carecia de uma definição de veganismo, que ele sugeriu a definição “[do] princípio da emancipação dos animais, da exploração realizada pelo homem”. Isso é mais tarde esclarecido como “buscar o fim do uso de animais pelo homem, seja para alimentação, mercadorias, trabalho, caça, vivisseccão e por todos os outros usos que envolvam a exploração da vida animal. (Vegan Society, 2019, tradução própria⁶⁷)

⁶⁷ Disponível em: <https://www.vegansociety.com/about-us/history>; Acessado em: 17 set. 2019

No entanto, a partir da análise documental realizada, a narrativa histórica acerca do fato em questão é capaz de mudar radicalmente. E se Watson, na verdade, tivesse como pretensão que o Veganismo fosse, de fato, uma dieta e uma questão de saúde? Nesse caso, a Sociedade Vegana do Reino Unido teria operado desde os anos oficiais de presidência de Donald Watson com uma definição. A tentativa da atual Sociedade Vegana do Reino Unido de plantar a ideia de que apenas em 1949 é que de fato houve a definição de um conceito de “Veganismo”, sugere que sempre existiu uma pretensão direcionada aos direitos dos animais, mas a análise documental acaba mostrando justamente o inverso.

Após assumir a presidência da Sociedade de forma oficial em 1946, Watson e o comitê aprovaram um grupamento de regras que foram publicados pela primeira vez na revista *The Vegan* (II Edição; volume n.º 5) da primavera de 1947, no qual se lia:

Os objetivos da Sociedade são:

- 1 - Defender que a alimentação do homem deve ser derivada de frutas, nozes, vegetais, grãos e outros produtos saudáveis que não sejam de origem animal, e que deva, por conseguinte, excluir carne, peixe, aves, ovos, mel, leite animal, manteiga e queijo;*
- 2 - Estimular a produção e o uso de alternativas às commodities animais;*
- 3 - Ampliar e organizar o Veganismo nacional e internacionalmente, bem como facilitar os contatos entre aqueles que seguem o Vegan Way of Life. (Vegan Society, 2019, tradução própria)*

A partir desses objetivos, já poderíamos entender que a Sociedade Vegana não estava particularmente voltada à uma abordagem atrelada aos direitos dos animais, mas sim a uma abordagem ligada à dieta e à saúde, interessada em “espalhar a palavra do Veganismo” e evitar, dentro do possível, usar produtos de origem animal. Isso, no entanto, fica ainda mais marcado quando analisamos, não apenas o conteúdo das revistas (que será realizado ao longo das próximas seções), mas o que aconteceu diante da “guerra de poder” envolvendo Leslie J Cross, o homem citado no trecho retirado do website atual da Sociedade Vegana do Reino Unido.

No ano em que Watson renuncia à presidência da Sociedade, em 1948, é anunciada uma Assembleia Geral Anual que aconteceria em Londres, no inverno. Em tal Assembleia, Leslie J Cross foi eleito como membro do comitê da Sociedade Vegana do Reino Unido pela primeira vez. O que isso quer dizer? Afinal, os membros do comitê não apresentavam quase nenhuma rotatividade. Cross era um homem “emancipacionista”, ou, por assim dizer, ativista pelos direitos dos animais. Seu objetivo, como fica mais óbvio a partir da publicação de seu texto de duas partes “In search of veganism”, publicado na *The Vegan* do verão e do outono, era transformar a Sociedade em uma organização pelos direitos dos animais.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



Segundo Cross expõe amplamente na primeira parte do seu texto, ele acreditava que a Sociedade Vegana em questão não poderia mais se concentrar apenas nas motivações ambientais e de saúde, conforme Watson havia defendido, mas que a definição de “vegano” deveria mudar para significar “direitos dos animais”. Não parece uma mudança em direção à uma politização positiva com relação à luta antiespecista?

Porém, nessa mesma parte do texto “In search of veganism”, Leslie J Cross anuncia que, ao seu ver, a Sociedade não apresentava até então uma definição de “veganismo”, talvez por simplesmente não reconhecer como válida a noção de que uma dieta pudesse ser chamada como tal, fato não contextualizado pela atual Sociedade Vegana do Reino Unido. Ou seja, não é que havia um consenso: “ah, antes era sobre veganismo=dieta e agora vamos ter também um veganismo=direitos dos animais”. Na verdade, essa discussão manifestava uma guerra político-conceitual entre duas vertentes do veganismo, entre dois veganismos, um oriundo das perspectivas de Watson e outro de Cross.

No entanto, se acessarmos o artigo oficial da Sociedade Vegana do Reino Unido, que narra a história do grupo e que foi escrito pela Dra. Samantha Calvert, que também participava da sociedade, somos capazes de notar a centralidade da figura de Donald Watson na narrativa histórica. E sim, Watson tinha uma preocupação empática com animais não humanos, só não acreditava que ser vegano tinha a ver com direitos animalistas, fato omitido até os dias atuais. Segundo prosseguem as análises documentais, há um possível motivo para isso.

A parte dois do supramencionado texto de Leslie J Cross, publicado em 1949 demonstra um recuo por parte do autor, indicando feedbacks negativos por parte dos membros da Sociedade Vegana em questão. Cross admite, nessa parte, que a alteração da definição de “veganismo” em direção aos direitos dos animais não necessariamente refletia a visão da Sociedade Vegana como um todo e ainda marca: “Deve-se ter em mente que as opiniões expressas [nestes artigos] são do escritor e de forma alguma comprometem a Sociedade ou qualquer outro membro” (Cross, 1949).

De alguma forma, parece se estabelecer a narrativa comum de que visões mais radicais à época, como a de Cross, eram recebidas como mensagens agressivas, incômodas. Enquanto mensagens como as de Watson eram recebidas de melhor maneira, devido, talvez, ao menor comprometimento necessário a ser feito em termos de mudança comportamental. Parece, então, que mesmo que a Sociedade Vegana atual do Reino Unido use da narrativa de Cross para dizer que foi ele quem definiu “veganismo” enquanto conceito fora de dieta, Watson permanece como a figura central paternalista, a mais agradável ao público, aspecto que também pode ser observável segundo nossa análise documental.

Em 1950, em uma reunião especial de membros ocorrida no inverno, Cross aprovou uma nova Constituição para a Sociedade, transformando-a em uma organização pelos direitos dos animais. Essa Constituição foi publicada na primavera de 1951, na *The Vegan* (Edição IV, volume n.º 1). Dentro da Constituição, foi aprovado um agrupamento de regras em que ficava marcado, entre outras coisas, o novo conceito de “veganismo”:

A palavra veganismo deve significar a doutrina de que o homem deve viver sem explorar os animais ... A Sociedade se compromete a buscar, como seu objetivo, o fim do uso de animais pelo homem para alimentação, mercadorias, trabalho, caça, vivisseção e todos os outros usos que envolvam a exploração da vida animal pelo homem. (The Vegan, 1951, p. 3)

Na mesma reunião em que foi aprovada essa nova Constituição, Cross retirou o título honorário de vice-presidente antes concedido a Watson, marcando, talvez, algum tipo de jogo de poder, uma vez que o próprio Cross assume a vice-presidência. Além disso, alterou os membros do comitê, fato raro, já que tinham permanecido quase os mesmos desde a fundação da Sociedade. É importante ressaltar a nova organização: o presidente passou a ser um homem chamado Frank Mayo, com Cross de vice e o comitê passou a ser composto por 5 homens e 15 mulheres.

Porém, se nos atentarmos aos detalhes, encontramos um fato curioso: não foi publicada nenhuma edição da The Vegan no inverno de 1950, mesmo com tantas mudanças acontecendo em termos estruturais na Sociedade. Por quê? Através da Vegan Society Today (2019) foi possível saber que o editor da revista da Sociedade em 1950 era um seguidor fiel de Watson, o que fez com que ele renunciasse após a mudança feita por Cross e seus seguidores, mudança que colocava em destaque o direito dos animais. Dessa forma, deduzo que não houve tempo hábil para o lançamento de uma edição de inverno sem a presença de um novo editor.

Na edição de primavera de 1951, Cross nomeou uma nova editora. Porém, essa editora lançou um texto de abertura bastante complicado e confuso, no qual ela afirmava que acreditava que uma humanidade vegana faria com que boas vibrações fossem absorvidas pelos animais e, desta forma, a cadeia predatória acabaria. A gestão, desde a entrada de Cross no cenário, não parece ter ido bem de forma geral... Nem as edições de verão e nem a de inverno da The Vegan de 1951 foram publicadas.

No outono de 1951, Leslie J Cross escreveu ao comitê dizendo que estava doente e renunciou a todas as suas funções na Sociedade Vegana do Reino Unido. No entanto, o que permanece meio misterioso é que várias pessoas que entraram com Cross, incluindo o Frank Mayo, o presidente, adoeceram e morreram. Isso não é apenas algo tremendamente triste, mas também marca um fato complicado politicamente: logo quando o foco do veganismo é transferido da dieta e saúde para direitos animalistas, os defensores desse movimento adoecem e morrem? Será uma coincidência? Será que todos estavam seguindo alguma dieta em comum? Ou há algo estranho no meio? Enfim, admito que esta última pergunta talvez seja influência da leitura de muitos livros de true crime.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

Elsie Shrigley, membra desde o comitê fundador, foi eleita presidente, em 1951 (após a morte de Frank Mayo e renúncia de Leslie J Cross), marcando a volta dos apoiadores de Watson no poder da Sociedade. Quando a revista voltou a ser impressa, ela voltou a ser quase totalmente sobre alimentação, saúde e nutrição. Shrigley simplesmente pareceu esquecer as novas regras de Cross e continuou como se nada tivesse acontecido.

Em 1953, um novo editor foi designado para a revista, John Heron – apresentado como um homem recentemente vegano e que pouco sabia sobre o tema, o que, para a Sociedade, parecia perfeito para a posição de editor. No entanto, Heron escreveu uma série de artigos espiritualistas na revista e não ignorou as regras sobre os direitos dos animais, ainda válidas oficialmente.

Em seu primeiro editorial, Heron tentou definir o veganismo. Ele opinava que apenas aqueles motivados principalmente pela compaixão animal eram de fato Veganos. Aqueles que se preocupavam em comer apenas plantas para a saúde, principalmente nos Estados Unidos, segundo Heron, eram higienistas, não Veganos. Heron também achava que havia uma terceira dimensão para o Veganismo, a saber, a espiritual; ele desejava encontrar outra palavra que os Veganos pudessem usar para definir este terceiro aspecto da prática vegana. Heron escreveu outros artigos mais fortes equiparando o Veganismo aos direitos dos animais.

Porém, essa luta de poder por ocupar um lugar de destaque na definição do que é o “Veganismo” e, conseqüentemente, na definição de quem poderia ser considerado Vegano, poderia demonstrar a vontade de transformar, desde o início, o veganismo em motivo político. No entanto, segundo o relatório do tesoureiro no final de 1952, houve quase 100 cancelamentos de membros após a nova Constituição de Cross e sua redefinição de “Vegano”. Houve apenas um pequeno montante de novos membros desde que os veganos dos direitos dos animais assumiram o controle no final de 1950. Na primavera de 1954, o tesoureiro relatou no boletim informativo que o número de membros havia caído de 600 para 397. Então, a Sociedade Vegana do Reino Unido, em termo de membros, sempre tendeu a uma visão de Veganismo Watsoniana. A tentativa de Cross foi apenas isso: uma tentativa falha.

Além disso, desde que assumiu a liderança, o que Cross e seu grupo fez, em termos de ações concretas, em prol dos direitos dos animais? No fim, pareceu mais uma luta de poder e ego do que de fato uma luta em prol de justiça. Isto parece ficar ainda mais claro quando levamos em consideração que que, em 1965, na revista de inverno da The Vegan, Cross escreve uma carta afirmando que foi ele quem inspirou Watson a criar a Sociedade e que foi o primeiro a levantar a questão do consumo de lácteos na Sociedade Vegetariana do Reino Unido, em 1943. Além disso, ele encerra sua carta impulsionando seu próprio negócio de leite de soja. Talvez aqui fique evidente mais uma vez a falta de

comprometimento com uma teoria ou questão ética de fato. Se algo mais forte que o ego ou poder fosse a força motriz, a história poderia ter sido diferente.

2.2.2. Gênero e Raça

No que se refere ao feminismo hegemônico⁶⁸, sabe-se do movimento sufragista vigoroso que tomou parte no século XX na Inglaterra, levando, após quase trinta anos de incansáveis movimentações políticas, à conquista do voto feminino (sem restrições) em 1928, assim como ao direito de concorrer a uma cadeira no parlamento. Desta forma, podemos perceber que a discussão de gênero e dos papéis atribuídos às mulheres – inclusive, como vimos, muitas já ocupavam trabalhos em fábricas e nos campos desde a Primeira Guerra Mundial – já estava de certa forma presente na história local. Porém, como as questões de gênero apareciam na Sociedade Vegana do Reino Unido ou nas edições da revista *The Vegan*?

Fica evidente, ao longo dos 37 volumes analisados, que as autoras e autores da revista em questão não estavam conversando com mulheres em contato com questões feministas, mesmo que hegemônicas. Tampouco está presente em seus textos a alusão aos direitos das mulheres em relação à justiça de gênero ou, ao menos, às questões que escapassem dos estereótipos de gênero. De forma geral (as exceções serão tratadas mais adiante) as mulheres, nos volumes analisados da *The Vegan*, eram vistas como mães ou donas de casa responsáveis pela cozinha, de forma que também eram predominantemente as autoras dessas reportagens.

Ao voltarmos a fita um pouco para a seção do “quando e onde?”, notamos que há, potencialmente, uma confluência de público-foco entre a campanha nacionalista *Dig for Victory* e a revista da Sociedade Vegana do Reino Unido (e por que não dizer da Sociedade?). As mulheres jovens e/ou pobres estavam obrigatoriamente trabalhando; as mulheres que eram mães de filhos de menos de quatorze anos podiam ficar em casa. Mulheres casadas ou gerenciadoras de lar muitas vezes estavam isentas de trabalhos formais. Quem, então, estava em seus lares, plantando vegetais conforme a campanha nacionalista do Estado e folheando a revista *The Vegan*? Isso mesmo, mulheres que não eram pobres, donas de casa, de classe média ou alta, brancas (as classes mais altas britânicas não se misturavam nem etnicamente com judeus, por exemplo, quem dirá com outras

⁶⁸ Aquele que se opõe aos feminismos decoloniais, ecofeminismos, feminismos interseccionais, tendem a ser homogêneos quanto à raça (branca), à classe social (média e alta, havendo exceções), à orientação sexual, à identidade de gênero (cis-heteronormativos), a referenciais epistemológicos, entre outros.



raças⁶⁹), heterossexuais (ou fingindo ser) ⁷⁰e não tão jovens. As outras diversidades de mulheres não eram foco da revista e talvez não fossem foco da Sociedade Vegana em si.

Até a linguagem utilizada nas reportagens escritas por mulheres que parecem se endereçar a outras mulheres é diferente, parecem ter um tom de conversa – o que não é necessariamente negativo. Algumas autoras mulheres escreveram artigos que escapavam do público-alvo delimitado no parágrafo anterior, mas a linguagem usada, a necessidade de impor títulos de “Doutor”, “Professor” ou similares indicava a separação entre “reportagem para eles” e “reportagem para elas”. Obviamente que isso não diz respeito a quem lia, de fato, o quê. Porém, este fato manifesta a lógica articulada por detrás da produção de conteúdo, a qual mesmo inconscientemente perpetua a cultura dominante.

É importante ressaltar que essas características não querem dizer que nada interessante em termos de conteúdo tenha sido produzido pelas mulheres que escreveram nos 37 volumes analisados da revista em questão. Por exemplo, mesmo reforçando o lugar da maternidade e a sua relação com a mulher, foi criada uma seção chamada Vegan Baby Bureau (Departamento do Bebê Vegano) (VBB), uma das seções mais constantes ao longo do corpus analisado. O VBB é formado no volume do fim de 1946 e é encerrado apenas no volume de inverno de 1952 – quando passa a ser gerenciado por um homem sob outro nome, entre outras mudanças. Além da constância enquanto fator positivo, estes artigos tratavam de um assunto controverso até para os dias atuais, isto é, falavam da dieta vegana para bebês de até dois anos de idade, compartilhando não apenas receitas, mas experiências. Talvez, se fosse outra época histórica, o VBB pudesse ter sido uma forma de organização de mulheres mães com filhos veganos.

É de extrema importância mencionar a questão das receitas. Elas recebiam seções gigantes, sempre escritas por mulheres, tendo edições especiais que variavam de acordo com os feriados cristãos – indicando também outra característica quanto ao tipo de mulher com que se falava. Na maior parte das vezes, os produtos usados nas receitas correspondiam aqueles incentivados ao cultivo pela campanha Dig for Victory por seus valores nutricionais, facilidade de plantio e produtividade. Além disso, ao traçar um paralelo entre as receitas compartilhadas nas 37 edições da *The Vegan* e as receitas do livro *Wartime Recipes* (1941), há bastante elementos em comum, como a abundância no uso de repolho e batatas.

A questão da representatividade de gênero nos comitês e na presidência foi discutida na seção anterior do presente trabalho. Porém, é interessante ressaltar que mesmo em posições de liderança, as vozes de destaque sempre foram masculinas. A luta sempre foi entre Watsonites e Crossers. Depois entrou Heron, que se destacou mais que

⁶⁹ Jewish Communities and Records - United Kingdom, 2020.

⁷⁰ Inclusive, vale sublinhar, que a homossexualidade só foi TOTALMENTE descriminalizada no Reino Unido em 1982 (o último país a fazê-lo foi a Irlanda).



Elsie ou outra mulher. No máximo, as mulheres se destacaram “por sua espiritualidade exacerbada”, sendo tachadas de loucas, como no caso da editora que sugeriu o fim da predação caso o mundo virasse vegano. Ou seja, a espiritualidade new age não era bem-vinda, mas a fé cristã era, fato que nos faz questionar se o que tornava uma mulher digna de um homem não seria justamente sua fé cristã.

2.2.2.1. O caso Marion Reid

Quando se analisam 37 edições de uma revista, existe quase uma curiosidade desenvolvida em relação aos autores e autoras que contribuíram para os diferentes volumes analisados. O caso Marion Reid não poderia deixar de ser citado, uma vez que realmente se tratou de uma exceção quanto à produção de conteúdo.

Reid escreveu pela primeira vez na *The Vegan* no volume de outono de 1947, ainda sob a presidência de Watson. O artigo por ela escrito tinha como nome *Slaves* (Escravos) e tratava das palavras de William Blake⁷¹. Mais especificamente, Reid refletia sobre como os homens tendem a subjugar corpos diferentes dos deles, ou seja, corpos de mulheres, de pessoas negras, de animais não humanos. Sim, trata-se de um argumento muito complicado quanto à comparação indireta entre racismo e especismo, porém, se Reid quis dizer que a origem da exploração pode residir também na forma com que os homens se veem no direito de subjugar a diferença, o argumento dela muda e se torna mais viável. Infelizmente a reportagem é curta e não é capaz de nos brindar com uma resolução entre uma Reid racista ou realizadora de uma análise interseccional.

Marion Reid, no volume primaveril de 1948 da revista, escreveu um artigo desmistificando a figura de Gandhi. Em poucas linhas ela desmente uma figura amplamente divulgada enquanto pacífica e promulgadora do veganismo, ao afirmar que Gandhi consumia leite de cabra, justificando a necessidade de sobrevivência devido ao seu adoecimento. Reid rebate cientificamente os argumentos usados por Gandhi e aponta a incoerência discursiva entre aquele que prega a paz e consome leite de um animal não humano. Hoje em dia temos conhecimento dos aspectos misóginos e de reprodução racista de Gandhi⁷², mas será que quando Reid escreveu esse artigo, logo após o começo

⁷¹ Um homem branco racista que comparava a escravidão de pessoas negras nos EUA com a exploração de animais não humanos.

⁷² Gandhi, que morou na África do Sul por mais de vinte anos, chamava os nativos negros de kaffir, e mal os considerava humanos, além de também defender que sul-africanos brancos devessem ser a raça predominante do país. Quanto à misoginia, Gandhi forçava mulheres a dormir em sua cama, agrediu sua companheira e culpabilizava mulheres por estupro (Arundhati Roy, 2017).

da imigração mais massiva de pessoas indianas para a Inglaterra⁷³, ela quis fazer uma simples denúncia ou há uma questão racista envolvida?

No entanto, na edição de verão de 1948 da *The Vegan*, Marion Reid escreve seu primeiro texto que vejo como inquestionavelmente certo. Intitulado *Life and Art* (Vida e Arte), Reid faz uma conexão direta entre o sexismo presente em uma obra de arte disposta publicamente em um parque na Inglaterra e a maquinaria da indústria de ovos. Suas palavras e raciocínio são construídos lentamente e em poucas linhas – trata-se da reportagem mais curta do volume, sintoma muito nos revela acerca da importância das mulheres na Sociedade – traça um paralelo convincente que hoje provavelmente enquadraríamos no que se chama de Política Sexual da Carne⁷⁴ (Adams, 2012).

As maiores reportagens de Marion Reid ao longo do corpus analisado são sempre aquelas com menos teor político, ou seja, poderíamos dizer que são aqueles textos com opiniões menos controversas ou menos diferentes das demais que compõem as revistas da Sociedade Vegana do Reino Unido. Esses artigos variam entre temáticas como nutrição, análises brilhantes sobre experimentação animal e a diferença entre matar uma planta ou um animal não humano.

Porém, no volume da primavera de 1952 Reid escreve um poema sobre a Páscoa, demonstrando um lado religioso que até então não tinha aparecido de forma explícita. O caso de Marion Reid é um caso de extrema confusão política, pois se trata de uma ambiguidade misteriosa. No entanto, no que se trata das autoras mulheres constantes da *The Vegan*, Reid é a única que sai totalmente da curva, abordando variados assuntos e de variadas formas.

Não é apenas no caso de Marion Reid que podemos destacar um etnocentrismo e apagamento racial no que diz respeito aos 37 volumes da *The Vegan* que foram analisados. Na verdade, o caso de Marion talvez seja o único diante do qual possamos ter alguma dúvida. Apenas no volume de verão de 1950 se fala em um artigo sobre o leite de soja disponível na China, uma sociedade não europeia e de raça amarela. Contudo, fica evidente que o foco não é tratar de questões raciais, mas vale a menção, já que é a primeira vez (fora o artigo *Slaves*, de Reid) que outro lugar fora o Reino Unido, EUA ou Oceania é citado na *The Vegan*.

⁷³ A imigração mais massiva de indianos para a Inglaterra ocorre a partir de 1947, com a independência da Índia (Destination UK, 2008).

⁷⁴ “Através da leitura de textos literários e filosóficos, Adams propõe e discute uma análise mais apurada das ligações entre feminismo e vegetarianismo, bem como a relação entre o patriarcado e a prática de comer carne. Descreve o que chama a estrutura do ‘referencial ausente’, sendo o que, nesse contexto, separa a carne e o animal morto a partir do produto final. A função do referencial ausente é manter a carne separada de qualquer ideia de que ela era um animal. As mulheres são referenciais ausentes em nossa cultura também, sendo vistas como um corpo a ser consumido e usado pela publicidade e de muitos outros modos.” (Lessa & Camargo, 2014, p. 383).

A *The Vegan* parece ignorar a existência de diversidade racial e étnica no mundo. A ausência destes assuntos é indicativo da branquidade dominante desde as origens do “Veganismo” e da Sociedade.

2.2.3. Alimentação e Alinhamento com Políticas do Estado britânico

Conforme abordado anteriormente, a dieta baseada em vegetais ou o veganismo, de acordo com o que foi conceituado ou aceito pelos membros da Sociedade Vegana do Reino Unido, se encaixava na proposta de racionamento alimentar do Estado britânico, assim como fazia sentido dentro do contexto da famosa e bem-sucedida campanha *Dig for Victory*.

No entanto, os 37 volumes da *The Vegan* revelam alguns detalhes interessantes. Em 22 dos 37 volumes, técnicas de fertilização sem uso de adubo de origem animal, plantio, horticultura, agricultura, bem como diálogos diretos com o governo inglês sobre alimentação foram assunto dos artigos. Isso representa, em termos amostrais, um total de aproximadamente 59,4% do corpus analisado, apontando para uma sobreposição de públicos-alvo.

Conforme citado na seção anterior, na sua grande maioria, esses artigos eram destinados a donas de casa que estavam dedicadas aos seus jardins da vitória ou seus lotes, de acordo com a indicação da campanha *Dig for Victory*, embora esses artigos fossem predominantemente escritos por homens. Isso pode indicar que, embora as mulheres tivessem o dever de ser o exército com pás da Inglaterra, o exército intelectual, com quase todo o monopólio do conhecimento reconhecido como válido pela sociedade patriarcal, ainda se reduzia aos homens.

As revistas analisadas, então, não se contrapunham às campanhas que incentivavam o cultivo de vegetais por parte da população que não ia à guerra. Muito pelo contrário: em mais da metade dos volumes analisados havia publicações com técnicas incentivando esse cultivo. Poderia ser contra-argumentado: mas e se as revistas fizessem isso apenas para facilitar um plantio vegano?

Essa explicação seria suficiente, talvez, se não estivessem presentes, junto a esses artigos, reproduções positivas de artigos do governo britânico – como, no volume de inverno de 1946, em que o Ministro da Agricultura foi convidado a visitar o centro da Sociedade Vegana. Além disso, algumas edições também apresentavam cartas de reivindicação ou não trocadas com o Ministro dos Alimentos. Ou seja, o que constatamos na *The Vegan* é uma ausência de crítica à política de guerra do país, ao elitismo e ao sexismo da própria campanha *Dig for Victory*.

2.2.4. Propagandas

Analisar a presença de propagandas nas revistas pode indicar uma associação com as práticas de consumo hegemônicas, isto é: seja vegano, mas não pare de consumir. O boicote ao consumo excessivo ou a determinadas indústrias caracterizaria um posicionamento político atrelado ao anticapitalismo e logo a um movimento contracultural.

Dos 37 volumes de revistas analisados, 35 possuíam propagandas, representando um total de aproximadamente 94,6% da amostra analisada (Gráfico 1). De forma geral, as propagandas ocupavam de 4 a 5 páginas ao fim da revista, mostrando produtos veganos que poderiam ser consumidos no lugar de outros. Muitas vezes, temos a sensação de que, talvez, desde o início, o Veganismo abriu espaço literal e direto para sua cooptação pelo capitalismo e pelo mercado.

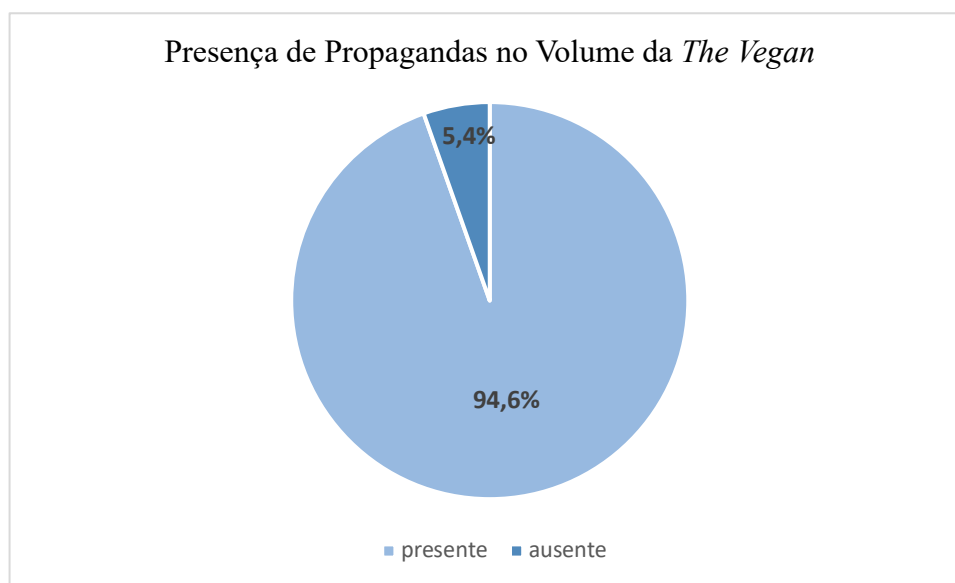


Gráfico 1. Percentuais de volumes da *The Vegan* com propagandas.

É importante demarcar, porém, para fins de análise, que até a primavera de 1947 as propagandas se resumiam a listagens de estabelecimentos. A partir do volume de primavera de 1947, passaram a ter imagens gráficas de produtos como gomas para sapatos, cola, produtos de cozinha, entre outros. Mesmo com a entrada de Cross na presidência, um homem supostamente comprometido com uma visão mais política dos veganismos, as propagandas se mantiveram estáveis.

Nas prestações de contas, o dinheiro das propagandas era revertido para a manutenção da Sociedade, porém, não há registros específicos do destino desse dinheiro. Era para reforma estrutural? Para repartir entre autoras e autores? Supostamente, para

investimento na própria revista não poderia ser, dado que houve um aumento de cinco libras em seu valor na mesma edição em que as propagandas passam a ter representação gráfica.

2.2.5. Especismo

Dada a primeira subseção relativa à pergunta do “quem?”, pode-se notar que o Veganismo não necessariamente tinha um foco em livrar os animais não humanos da opressão a qual estavam (e ainda estão) submetidos pelos seres humanos. Isso pode ser representado, em parte, pelo número de artigos presentes nos 37 volumes de revistas analisados, em que o foco era o sofrimento, exploração, abate ou opressão dos animais não humanos.

Em um total de 37 volumes analisados, apenas 11 apresentavam artigos que tinham como foco o combate, descrição ou denúncia do especismo, representando aproximadamente 29,7% do total aqui tratado (Gráfico 2) – ou seja, nem um terço do total. O mais curioso, no entanto, é que 7 dos 11 volumes que tinham algum artigo a ver com antiespecismo foram lançados enquanto Donald Watson ainda era presidente da Sociedade Vegana do Reino Unido.

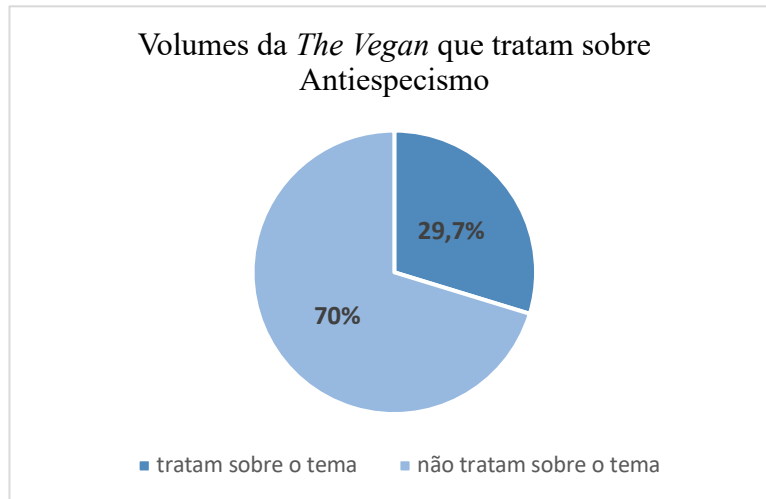


Gráfico 2. Percentual de volumes da The Vegan com reportagens de cunho antiespecistas.

Esse fato chama a atenção, dado que, supostamente, Watson tinha como foco a saúde e a alimentação. No entanto, em termos práticos, ele foi mais porta-voz dos direitos animalistas do que seus sucessores, sendo que Cross e Heron reivindicavam esse lugar.

É necessário mencionar dois artigos em particular, sendo o primeiro deles a transcrição de uma parte da fala de Watson no “Congresso Internacional de Vegetarianismo”. Essa transcrição foi lançada no volume de outono de 1947 da The Vegan, na qual foi difundido que Watson havia usado diante de um público amplo a



palavra “vegano”, sendo bem recebido. Em sua fala, Donald Watson definiu o que eram para eles quatro conclusões que poderiam advir do Veganismo: o Veganismo pode acabar com a desnutrição e a fome; o Veganismo pode resolver o problema da infertilidade do solo; a humanidade deve voltar a uma dieta predominantemente frugívora; e o Veganismo é sobre a relação dos homens com animais não humanos. Watson acrescenta à última conclusão a necessidade de melhorar a relação entre espécies, dado que os humanos só submetiam outras espécies a sofrimentos extremos e mortes cruéis que poderiam ser poupadas.

O segundo artigo que merece ser mencionado é, em parte, de autoria de Cross e está no volume de outono de 1949, que trata extensamente da questão da emancipação da exploração dos animais não humanos, buscando uma definição de veganismo como direitos dos animais e não mais como uma dieta.

3. Conclusão

A partir das informações coletadas e analisadas criticamente, nota-se que a Sociedade Vegana do Reino Unido parecia estar mais preocupada com uma guerra de poder entre conceptualizadores (Cross e Watson) do que com o combate ao especismo. O especismo parece ser, no caso da Sociedade Vegana, um ator secundário ou terciário quando comparado às propagandas, às dicas sobre o lar ou às políticas que se alinhavam com as políticas elitistas promulgadas pelo Estado da época. Ficamos, então, diante de um Veganismo com primórdios acrílicos, destituídos de um comprometimento ético-moral antiopressor que se reduz à manifestação de uma tendência pré-existente na sociedade hegemônica capitalista inglesa da década de 1940.

Uma vez estabelecidas as origens do Veganismo enquanto conceito e Movimento – ao menos a partir da Sociedade Vegana do Reino Unido-, pode-se identificar que uma multiplicidade de identidades minoritárias e questões políticas simplesmente não participaram ou não foram consideradas em seu projeto. Estamos tratando, inclusive, com um Veganismo que não abriu mão nem do antropocentrismo, já que o número de membros da Sociedade Vegana tendeu a diminuir quando houve a tentativa de um direcionamento aos direitos animalistas (mesmo que isso não tenha sido de fato colocado em prática até a data analisada).

Nos deparamos, assim, com um Veganismo com (quase?) nenhum poder de transformação social em termos de desafio às estruturas de opressão que acometem minorias políticas, inclusive no caso dos animais não humanos. Trata-se de um fenômeno e conceito atrelados à saúde, alimentação e mudanças nas práticas de consumo. O Veganismo, então, originário no coração da Inglaterra, em 1944, focado em questões atreladas à alimentação e saúde, de forma principal, não sofreu até os dias de hoje, tantas mudanças radicais enquanto prática.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



Ao se falar de Veganismo, torna-se imprescindível tratar da situação ligada ao consumo e ao Capitalismo⁷⁵. Não apenas porque muitas pessoas e organizações apresentam o Veganismo enquanto um boicote do consumo de produtos de origem animal, mas porque desde suas origens o fenômeno girou em torno da alimentação e saúde, dois campos (por assim dizer) altamente conectados ao consumo e mercado no mundo globalizado atual. Por exemplo, Pinto (2011) afirma que veganos, além de promoverem um ativismo através de campanhas e manifestações pelos animais, assumem uma luta que se expressa no cotidiano através do consumo.

Com a redução da necessidade de mão-de-obra produtora devido à crescente industrialização, criou-se a necessidade de formar consumidores (FARIAS, 2018), isto por que, segundo Portilho (2010, p. 72) a matriz da sociabilidade passou a ser a interação social, deixando de ser o trabalho. O consumo, desta forma, ocupando papel central na sociedade, não se trata de uma escolha, mas de uma obrigação cidadã (Farias, 2018). Obrigação esta que não cessa de existir caso uma pessoa decida ser ou não Vegana.

Porém, podemos ir além. Segundo Campbell (2001), o Romantismo, com auge datado entre 1790 e 1830, teria fomentado ideais como: o desejo; a rejeição da realidade e o interesse pela novidade, sendo assim responsável por formar uma base estética de sustentação para o consumidor moderno. Nessa lógica o Veganismo poderia se encaixar tanto na obrigatoriedade do consumo, quanto no hedonismo estético romancista.

A organização social do consumo deu origem a estilos de vida que, segundo Chaney (1996), podem ser entendidos como todos os tipos de atividade social que as pessoas fazem que são capazes de caracterizá-las ou torná-las identificáveis independentemente de suas atividades laborais. Nesse sentido, os Veganos e o Veganismo se configuram enquanto um estilo de vida por apresentar uma característica específica altamente ligada ao consumo: o boicote a produtos de origem animal.

Diante do Veganismo enquanto um novo estilo de vida originado na Inglaterra em 1944, a sociedade de consumo se deparou com a potencialidade de um novo nicho de mercado, isto é

uma parcela de um mercado consumidor, em que os compradores podem claramente ser identificados por suas necessidades específicas e que geralmente ainda é pouco ou mal explorada comercialmente. A estratégia de aproveitamento de nichos está justamente na identificação das bases de segmentação que, quando exploradas, representam o diferencial ou vantagem competitiva econômica. (Projeto E-Commerce, 2012)

⁷⁵ Dado que, desde sua origem em 1944 no Reino Unido, o Veganismo opera no Capitalismo.

Considerando que a natureza do Capitalismo é o crescimento permanente e infinito (Nogueira, 2019), as empresas já existentes (e sim, poucas novas) passaram a buscar atender a esse novo nicho de mercado, de forma a não apenas produzir e vender os produtos já estabelecidos no mercado, mas também produtos sem ingredientes de origem animal. É importante ressaltar, no entanto, que essas empresas não adotaram o Veganismo enquanto estilo de vida, forma de promover saúde, forma de alimentação e muito menos como atitude ética. Elas apenas se aproveitaram de um novo nicho de mercado para gerar mais lucro, não abandonando de forma alguma a exploração de animais não humanos (ou do meio ambiente).

Na verdade, cabe ressaltar que o Capitalismo não pode existir sem exploração e, por conseguinte, sem opressão. Isso ocorre devido ao modo de produção estabelecido que depende da acumulação de um excedente por meio da mais-valia, que nada mais é que o mais-valor obtido pelo dono do meio de produção através da exploração do trabalho do assalariado (Saffioti, 2013, p. 53) e “que engendra relações sociais mediadas por mercadorias em que as necessidades humanas são substituídas pela produção de ‘coisas’ alheias a estas” (Barroso, 2018).

Porém, o Capitalismo não é apenas um padrão de produção: trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico (Federici, 2017). Segundo a autora, não existe

apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho através da apropriação, opressão e exploração de corpos, trabalho e vida. Daí subentende-se a indissociabilidade entre exploração e opressão, imprescindíveis para o Capitalismo. (Federici, 2017, p. 107)

Todavia, o Veganismo pode ser visto como uma origem interessante de lucro para o sistema capitalista não só porque permite a oferta e venda de novo produtos sem que se abra mão do comércio de produtos já estabelecidos no mercado (com ingredientes de origem animal e logo, exploração e opressão dos animais não humanos e/ou meio ambiente), mas porque permite a invenção de novas demandas (Póvoa e Cabello, 2016). Essas novas demandas são geradas através da manipulação dos nossos desejos para vender não apenas produtos que precisamos, mas também produtos supérfluos ou que servem para a manutenção de uma estética ou status quo (Ferreira, 2016).

No entanto, diante de uma sociedade de consumo extremamente estética, a situação se torna ainda mais sofisticada. Se usarmos das teses de Mueller e Passadakis⁷⁶ (2008)

⁷⁶ Tadzio Mueller e Alexis Passadakis. 30 teses contra o capitalismo verde. Disponível em: <http://www.apocalipsemotorizado.net/2008/12/17/eco-consumismo>.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

sobre o capitalismo verde⁷⁷, associando-as ao Veganismo, nos deparamos com uma realidade crua: os selos animal-friendly (amigos dos animais, na tradução do inglês) ou cruelty-free (livres de crueldade, na tradução do inglês) como estratégia de venda. Mesmo que você não seja vegano, você com certeza já entrou em contato com esses termos, selos ou figurinhas de coelhinhos bonitinhos em embalagens de shampoo. Porém, exploremos o que está escondido por detrás disso...

Os consumidores irão pagar por esses produtos Veganos animal-friendly ou cruelty-free desde que acreditem que é uma responsabilidade deles fazer isso: seja uma responsabilidade estética, com a saúde, com a alimentação ou com o planeta/meio ambiente. “Assim, quando a cultura capitalista diz ‘salve o planeta’ [ou ‘salve os animais’] de fato ela está dizendo ‘salve a economia’” (ContraCiv, 2020), uma vez que a preocupação do Capitalismo não ultrapassa a capacidade de gerar lucro e mover a economia. E isso não quer dizer que a crueldade ou a exploração animal não sejam problemas reais, mas sim que o capitalismo verde não está, de fato, preocupado com essas questões.

O capitalismo verde, inclusive, não para por aí. Ao introduzir esses selos e palavras em seus produtos, faz uma aposta da supervalorização mercadológica, levando a um aumento de preço. Esse aumento de preço, por sua vez, esconde uma escolha: o consumidor é obrigado a escolher entre ser uma pessoa civilizada e gastar mais naquele produto supostamente politicamente correto ou ser uma pessoa cruel e poupar seu dinheiro. Isso deixa uma mensagem para todos nós: deveríamos estar dispostos a pagar a mais pelas nossas escolhas de consumo, ligadas à saúde ou alimentação.

Assim, apenas as classes mais abastadas (e com maior capacidade aquisitiva) podem se localizar no que se considera mais “civilizado” ou politicamente correto na sociedade (Dalziell & Wadiwell, 2017). Dessa forma, o Veganismo já traça, por si só, uma linha de classe quando divulgado desta maneira: excluindo do seu escopo determinadas pessoas da população que se sentem acusadas de serem piores pessoas por simplesmente não poderem comprar a opção mais cara que carrega o selo Vegano. Não é por acaso que a impressão popular é de que Veganismo é coisa de rico.

Os veganismos têm se ocupado de tentar resolver essa questão a partir da discussão da agroecologia, do consumo de produtos mais baratos e acidentalmente veganos, de alimentação menos industrializada, de um consumo mais local, entre outras – o que acessa populações periféricas e pobres, mesmo que em menores escalas⁷⁸. Porém, o Veganismo e suas organizações mais difundidas ainda são vistas comemorando o lançamento de novos tipos de leite vegetal no mercado⁷⁹, sem uma preocupação política

⁷⁷ É uma concepção do capitalismo na qual se incorporam os princípios do ecologismo aos da economia de mercado (ATTAC, 2014). Disponível em: <https://attac.es/2014/05/17/que-es-el-capitalismo-verde/>

⁷⁸ Como exemplo, pode-se citar o veganismo agroecológico proposto por pensadoras como Sandra Guimarães; o Movimento Afrovegano, aqui no Brasil; Las Feministas Antiespecistas, na Argentina, entre outros.

⁷⁹ Marco aqui, que não é necessariamente um problema beber esse leite, mas sim fazer da sua causa a conquista por um mercado exclusivamente vegano para conquistar a libertação animal – conforme será desenvolvido adiante.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

com algo além do consumo de produtos de origem animal. Essa falta de preocupação abre espaço para contradições, hipocrisias ocultas e para um Veganismo nada comprometido com um posicionamento antiopressão –já que ainda se encaixa no Capitalismo.

Conforme observável nas práticas de organizações como a PETA (People for the Ethical Treatment of Animals), Mercy for Animals, entre muitas, e através da argumentação lógica ao redor da sociedade de consumo e do Capitalismo, estabelecendo assim o Veganismo enquanto um nicho de mercado, chega-se a um Veganismo e Movimento Vegano de ampla difusão totalmente acrítico, antropocêntrico e sem um posicionamento comprometido com outras minorias políticas e suas lutas sociais.

Sua inacessibilidade criticada constantemente faz sentido quando enquadrada dentro da lógica de leitura Veganismo = consumo, já que, enquanto para ser ético ou Vegano for dito que há necessidade de se ter poder aquisitivo, excluindo, de antemão, grande parte da população. No entanto, sua inacessibilidade é ainda mais complexa para um indivíduo, comunidade ou grupo que não podem participar de algo que não se comprometa também com o reconhecimento das opressões que recaem sobre eles mesmos. Nestes casos, o Veganismo é consequentemente um projeto impossível.

A exclusão de preocupações antiespecista (de forma radical e marcada) e para com as minorias políticas não se trata meramente de um caminho tomado ao acaso pelo Veganismo. Se dá devido ao não comprometimento, desde o início, com uma perspectiva ética que tome como importância incluir em sua comunidade moral os animais não humanos e as identidades políticas subalternizadas. Por isso a justificação ética proposta neste trabalho, a partir da Perspectiva dos Funcionamentos de Maria Clara Dias (2015), é tão importante: pois é a parte dela, a partir da construção de veganismos comprometidos eticamente com um projeto inclusivo e atento aos diferentes sistemas funcionais – independentemente de quais forem-, que se torna possível ultrapassar o Veganismo apolítico e de nicho de mercado.

Os veganismos politizados e antiopressivos sempre precisam estar comprometidos, conceitualmente, com uma perspectiva ética que reflita aspectos políticos de fato radicais e revolucionários. Caso contrário, trata-se de uma reedição do Veganismo que permite a manutenção das características originais presentes em seu projeto, que de fato não se preocupava em ser inclusivo, pelo contrário, encontrava-se alinhado com o Estado e suas políticas de guerra, não era contracultural e apenas dialogava com uma porção privilegiada e de elite da sociedade inglesa.

Bibliografia

Adams, C. (2012). *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde, 2012.



- Barroso, M. F. (2018). “Notas para os debates das relações de opressão-exploração do sistema patriarcal-racista-capitalista”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.153>
- Bauer, M.W. (2002). Análise de Conteúdo. In Gaskel, G.; Bauer, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Carmo, I. N. y Bonetti; A. (2013). “Políticas sexuais da carne”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 395-412, janeiro-abril.
- Brueck, J. F. et al. (2017). *Veganism in an Opressive World: A vegans of color community Project*. San Bernadino: Sanctuary Publishers.
- Bullard, R. (2004). Environment and Morality. In *Confronting Environmental Racism in the United States..* Genebra: Unrisd. Disponível em: <[https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/543B2B250E64745280256B6D005788F7/\\$file/bullard.pdf](https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/543B2B250E64745280256B6D005788F7/$file/bullard.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2020.
- Bullard, R. (2002). World Dialogue: The Fragile Biosphere. In Theodolou, P. *Confronting Environmental Racism in the Twenty-First Century*. [S.l.: s.n.], 2002. cap. 4º, p. 113-121. v. 4. Disponível em: <<http://www.worlddialogue.org/issue.php?id=19>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- Campbell, A. (2001). *Ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Cano, V. (2017). *Ética tortillera. Ensayos en torno al êthos y la lengua de las amantes*. Buenos Aires: Editorial Madreselva.
- Chaney, D. (1996). *Estilos de vida*. Barcelona: Talasa.
- Contraciv. (2016). Contra o eco-capitalismo. In: Contraciv,. Disponível em: <<https://contraciv.noblogs.org/contra-o-eco-capitalismo/>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- Cross. (1949). In search of veganism. “The Vegan”. Ed 2; vol 15. Vegan Society.
- Dalziell, J. & Wadiwell, D. J. (2017). Live exports, animal advocacy, race and ‘animal nationalism’. Cap 4, p73. In meat culture. Org Annie Potts.
- Dias, M. C. (2015). *Perspectiva dos Funcionamentos*. Rio de Janeiro: Pirlampo.
- Duran, A. (2013). Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. São Paulo, SP: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.[Tese de Doutorado]
- Dussel, E. (1999). “Six Theses toward a critique of political reason: The citizen as political agent of justice in the community”. *Radical Philosophy Review* (Boston) Vol.2, 2. 1999.
- Earley, T. (2007). For what we received. In: Knight, K. *Spuds, Spam and Eating for Victory*. Grã Bretanha: The History Press.

- Eisnitz, G. (2007). *Slaughterhouse: The Shocking Story of Greed, Neglect and Inhumane Treatment Inside the US Meat Industry*. New York: Prometheus Books.
- Farias, A. B. (2017). *Ética, Consumo e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Ape'ku Editora.
- Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva (Trad. de Coletivo Sycorax) São Paulo: Elefante.
- Ferreira, G. G. T. (2016). "Desejo é devir: um olhar sobre a condição do indivíduo consumidor na perspectiva do capitalismo rizomático". *Revista Espaço Acadêmico*, 16(187), 13-22. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34407>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Guthman, J. (2011). *Weighing In: Obesity, Food Justice and the Limits of Capitalism*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Hobsbawm, E. (1994). *A era das revoluções*. São Paulo: Paz.
- Husson, M. (2020). "A nova fase da crise capitalista: Para uma regulação caótica". In: *Controversia*, Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=10536>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- Joy, M. (2009). *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao Carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix.
- Knight, K. (2007). *Spuds, Spam and Eating for Victory: Rationing in the Second World War*. Grã Bretanha: The History Press.
- Ko, A. (2019). *Racism as Zoological Witchcraft: A Guide to Getting Out*. Herndon. Lantern Publishing & Media.
- Ko, A. & Ko, S. (2017). *Aphro-ism: Essays on Pop Culture, Feminism, and Black Veganism from Two Sisters*. New York: Lantern Publishing & Media.
- Kruger, S. (2017). "The Technopo(e)litics of Rupi Kaur: (de)Colonial Aesthetics and Spatial Narrations in the DigiFemme Age". *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No. 11. doi:/10.7264/N38G8J0X
- Lacerda, R. F. & Feitosa, S. F. (2015). Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial. *Revista Interterritórios*. V. 1. N. 1, pp- 5-23.
- Lander, E. (Ed.) (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Caracas: Clacso.
- Marcus, E. (2005). *Meat Market: Animals, Ethics, and Money*. Boston: Bio Press.
- Massumi, B. (2014). O que os animais nos ensinam sobre política; Francisco Trento, Fernanda Mello. São Paulo: n-1edições.



- Meat Atlas. (2014). “Meat Atlas: Facts and Figures About the Animals We Eat”. Heinrich Boll Foundation and Friend of the Earth Europe. Disponível em: <https://www.boell.de/en/meat-atlas>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press.
- Milward, A. (1979). *War, Economy and Society, 1939-1945*. Berkeley: University of California Press.
- Mohanty, C. T. (2003). *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham & London: Duke University Press.
- Mueller, T. & Passadakis, A. (2008). Eco Consumismo. Apocalipse motorizado. Disponível em: <http://www.apocalipsemotorizado.net/2008/12/17/eco-consumismo>. Acesso em: 23 set. 2020.
- Nogueira, M. E. (2019). Pensar solução para a crise ambiental no sistema capitalista é inefetivo. Disponível em: <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2019/05/07/pensar-solucao-para-a-crise-ambiental-fora-do-sistema-capitalista-e-inefetivo/>
- Orwell, G. (2007). As I Please. *Journal Tribune* (1943-1947).
- Pan, E., Sun, Q., Bernstein, A., Schulze, M., Manson, J., Stampfer, M., Willett, W. & Hu, F. (2011). “Red Meat Consumption and Mortality Results from Two Prospective Cohort Studies”. *Archives of Internal Medicine*, 172:7, 2011. pp. 555-563.
- Peres, M., Soares, S. & Dias, M. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados.
- Pinto, T. (2011). Consumo, resistência e subjetividade: narrativas sobre o veganismo em uma comunidade virtual. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro.
- Piza, S. & Pansarelli, D. (2012). “Sobre a descolonização do conhecimento – a invenção de outras epistemologías”. *Estudos de Religião*, v. 26, n. 43, pp. 25-35.
- Portilho, F. (2010). *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez.
- Potts, A. (2016). *Meat Culture*. Leiden and Boston: Brill.
- Cabello, A. F. & Póvoa, L. (2016). “Análise econômica da primeira Lei de Patentes Brasileira”. *Estudos Econômicos*, 46 (4).
- Preciado, P. B. (2019). *Un apartamento en urano: Crónicas del cruce*. Barcelona: Editorial Anagrama.

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



Projeto E-Commerce. (2012). Disponível em:

<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/premio-e-commerce-brasil-2012-conheca-um-pouco-melhor-os-vencedores/>; Acesso: 20/12/2020.

Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular.

Smith, D. (2013). *The Spade as Mighty as the Sword: The Story of the Second World War 'Dig for Victory' Campaign*. London: Aurum Press.

Twine, R. (2010). *Animals as Biotechnology: Ethics, Sustainability and Critical Animal Studies*. London: Earthscan.

Watson, D. (1944). *Vegan News*. The Vegan Society.

Winter, J. (1985). *War and the british people*. London: Palgrave Macmillan.

Mídias

Wartime Farm. Direção: Stuart Elliott e Naomi Benson. Produção: David Upshal. Reino Unido: BBC Two, 2012.

Sites

Movimento Afro Vegano. Facebook, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoAfroVegano/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

The Vegan Society. Página inicial, 2019. Disponível em: <<https://www.vegansociety.com/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Vegan Society Today. Página inicial, 2019. Disponível em: <<http://vegansociety.today/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Vegano Periférico. Facebook, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VeganoPeriferico/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Fontes primárias

National Archives UK (a). Página interna de um Ration Book. 1942. Série: Segunda Guerra Mundial. Subsérie: Ministério da Agricultura e dos Alimentos. Ilustração de número: IWM UKY 249.

National Archives UK. Posters da Campanha Dig for Victory. Anos entre 1939-1945. Série: Segunda Guerra Mundial. Subsérie: Ministério da Agricultura e dos Alimentos. Especificidade: Dig for Victory. Ilustrações de números: INF 3/219; INF 3/196; INF 13/149 f15.

National Archives UK. Posters de substituição de alimentos tradicionais por vegetais ou estimulando a comer mais vegetais. Anos entre 1939-1954. Série: Segunda Guerra

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

- Mundial. Subsérie: Ministério da Agricultura e dos Alimentos. Especificidade: Dig for Victory. Ilustrações de números: INF 13/217f9; INF 3/271f8; INF 13/217f21.
- National Archives UK: Propagandas da campanha nacional que estimulava o plantio de vegetais pela população inglesa. Anos entre 1940-1948. Série: Segunda Guerra Mundial. Subsérie: Ministério da Agricultura e dos Alimentos. Especificidade: Land Army. Ilustrações de números: EXT 1/119f13; EXT 1/119f10; EXT 1/119f17.
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 1. V. 1. 1944. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 1. V. 2. Inverno 1945. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 1. V. 3. Primavera 1945. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 1. V. 4. Verão 1945. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 1. V. 5. Outono 1945. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 1. Primavera 1946. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 2. Verão 1946. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 3. Outono 1946. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 4. Inverno 1946. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 5. Primavera 1947. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 6. Primavera 1947. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 7. Outono 1947. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 8. Inverno 1947. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 9. Primavera 1948. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 10. Verão 1948. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política

Martina Davidson



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 11. Outono 1948. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 12. Inverno 1948. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 13. Primavera 1949. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 14. Verão 1949. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 15. Outono 1949. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 2. V. 16. Inverno 1949. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 3. V. 1. Primavera 1950. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 3. V. 2. Verão 1950. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 3. V. 3. Outono 1950. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 4. V. 1. Primavera 1951. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 4. V. 2. Outono 1951. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 1. Primavera 1952. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 2. Verão 1952. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 3. Outono 1952. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 4. Inverno 1952. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 5. Primavera 1953. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 6. Verão 1953. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019
- Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 7. Outono 1953. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo enquanto preocupação política
Martina Davidson



Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 8. Inverno 1953. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 9. Primavera 1954. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 10. Outono 1954. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

Revistas da Sociedade Vegana. The Vegan News. Ed. 5. V. 11. Inverno 1954. Disponível em: <https://issuu.com/vegan_society>. Acesso: 12 ago. 2019

MARTINA DAVIDSON

Graduada em Biologia pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil (2016). É mestre e doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisadora do: Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA); grupo de pesquisa Direitos Fundamentais, Justiça Social e Políticas Públicas (CNPq); grupo de pesquisa Nós: dissidências feministas (CNPq); o Grupo de Pesquisa Perspectivas dos Funcionamentos: teoria e prática (CNPq) e o projeto de extensão Núcleo de Inclusão Social (NIS). Pesquisadora acadêmica vegana, lésbica e feminista nascida na Argentina e criada no Brasil.